

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Maria do Carmo Benedita Duarte

**O COMER E A COMIDA
PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Taubaté – SP

2019

Maria do Carmo Benedita Duarte

**O COMER E A COMIDA
PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação apresentada à banca de defesa, para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Identidade e Formação Orientadora: Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues

Co-orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Taubaté – SP

2019

Sistema integrado de Bibliotecas – SIBi/ UNITAU
Biblioteca Setorial de Pedagogia, Ciências Sociais, Letras e Serviço Social

D812c Duarte, Maria do Carmo Benedita

O comer e a comida para a população em situação de rua. / Maria do Carmo Benedita Duarte. – 2019.
106. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté,
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2019.

Orientação: Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues,
Departamento de Enfermagem e Nutrição, 2019.

1. Desenvolvimento Humano. 2. Representações sociais.
3. Comida. 4. População em situação de rua. I. Título.

CDD – 362.5

MARIA DO CARMO BENEDITA DUARTE

O COMER E A COMIDA PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Dissertação apresentada à banca de defesa, para obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Desenvolvimento Humano, Identidade e Formação

Orientadora: Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues

Co-orientadora: Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Data: 01 de julho de 2019
Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues - Universidade de Taubaté

Assinatura Alexandra Magna Rodrigues

Profa. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola - Universidade de Taubaté

Assinatura Elisa Maria Andrade Brisola

Profa. Dra. Maria Angela Boccara de Paula - Universidade de

Taubaté Assinatura Maria Angela Boccara de Paula

Profa. Dra. Paula Vilhena Carnevalé Vianna - Universidade Anhembi Morumbi

Assinatura Paula Vilhena Carnevalé Vianna

O dia mais belo: hoje
A coisa mais fácil: errar
O maior obstáculo: o medo
O maior erro: o abandono
A raiz de todos os males: o egoísmo
A distração mais bela: o trabalho
A pior derrota: o desânimo
Os melhores professores: as crianças
A primeira necessidade: comunicar-se
O que traz felicidade: ser útil aos demais
O pior defeito: o mau humor
A pessoa mais perigosa: a mentirosa
O pior sentimento: o rancor
O presente mais belo: o perdão
O mais imprescindível: o lar
A rota mais rápida: o caminho certo
A sensação mais agradável: a paz interior
A maior proteção efetiva: o sorriso
O maior remédio: o otimismo
A maior satisfação: o dever cumprido
A força mais potente do mundo: a fé
As pessoas mais necessárias: os pais
A mais bela de todas as coisas: O AMOR!

Madre Teresa de Calcutá

“Esquecemos o amor, a amizade, os sentimentos, o trabalho bem feito. O que se consome, o que se compra, são apenas sedativos morais que tranquilizam seus escrúpulos éticos”.

Zigmund Bauman

AGRADECIMENTOS

Foram tantas as diferentes situações onde pude contar com o apoio, amizade, carinho, compreensão e respeito durante o percurso para realização deste Mestrado que neste momento posso registrar minha eterna gratidão a todas as pessoas que estiveram comigo nesta árdua caminhada e que, de alguma maneira, puderam contribuir para a concretização deste projeto.

Aos **'desconhecidos'** que participaram voluntariamente desta pesquisa, sendo eles, na maioria das vezes, invisíveis aos olhos da sociedade, minha gratidão por terem me proporcionado um crescimento imensurável como ser humano e pela oportunidade de ouvi-los.

Agradeço também ao meu esposo **Valdelem César de Souza** que me acompanhou durante as entrevistas, as minhas filhas **Bruna Duarte de Souza** e **Amanda Duarte de Souza** por tantos “puxões de orelha”, pela paciência e apoio durante os momentos de medo, insegurança e vontade de desistir, e pelas muitas vezes em que ‘surtei’, e sempre me apoiavam dizendo: **“Vai mãe, você é forte, você consegue...”**.

Aos meus **pais, irmãos e amigos**, que sempre compreenderam os momentos em que estive ausente nas reuniões familiares. Quantos convites para um bate papo, e quantos cafés na padaria foram recusados? Quanto desprendimento e paciência das queridas amigas do ensino fundamental, **Luciana Fonseca** e **Patrícia Garcia**, que suportaram tanta chatice, mau humor e choro.

À minha querida irmã **Cida** que durante sua curta trajetória de vida neste mundo sempre me apoiou em minhas escolhas e mesmo depois do dia 29 de junho de 2009, dia em que foi morar junto à DEUS, contrariando a vontade de toda família, partiu deste plano e continuou intercedendo por mim e por toda minha família. Obrigada minha querida irmã por tudo o que fez por mim em vida e ainda faz aí do céu, um dia a gente irá se reencontrar, tenho fé em DEUS que sim!

Ao querido amigo de trabalho e o grande mentor e maior incentivador para que eu ingressasse no programa de mestrado da UNITAU, **Dr. Marco Antônio Henrique**, e também às queridas amigas e companheiras de trabalho **Alessandra de Cássia Grilo**, **Nádia Bertoncello** e **Patrícia Milhomem**, por toda ajuda e força neste grande desafio de minha vida.

De forma também especial aos meus colegas de turma do MDH – turma B, especialmente às queridas **Erica Cortez** e **Silvia Lopes** e também às colegas de outras turmas que me apoiaram

imensamente, agradeço às queridas: **Aline Liz de Faria, Roberta Calcanhoto e Roberta Karen dos Santos.**

Meus agradecimentos também às professoras doutoras **Paula Vilhena Carnevale Vianna e Ângela Boccara de Paula**, que aceitaram compuseram a banca e enriqueceram imensamente este trabalho.

Muito grata também a toda equipe do **PPGEDH** por toda atenção e ajuda, **Alessandra Calil, Rita Faroni** e a todas as **estagiárias** que sempre estiveram dispostas a me ajudar quando eu necessitava de alguma informação.

Para encerrar meus agradecimentos, toda gratidão e respeito à Profa. Dra. **Elisa Maria de Andrade Brisola**, que contribuiu de forma grandiosa para a conclusão deste trabalho e de forma amplamente especial, agradeço à querida Profa. Dra. **Alexandra Magna Rodrigues** que acreditou em mim e que soube respeitar minhas imensas dificuldades durante toda nossa jornada.

A ti **Profa. Dra. Alexandra Magna Rodrigues**, minha eterna gratidão e admiração pela excelente profissional; linda mulher; mãe dedicada e exuberante ser humano!

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer as Representações Sociais sobre o comer e a comida para a População em Situação de Rua, assim como identificar se o grupo faz uso dos instrumentos de apoio e inclusão social previstos nas políticas sociais, no que tange à alimentação, na cidade de São José dos Campos/SP. Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório. Participaram da pesquisa dezesseis sujeitos adultos em situação de rua. Para coleta de dados, utilizou-se questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada. A análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo e discutida à luz da teoria das representações sociais. O conteúdo das narrativas foi categorizado considerando a saturação das palavras relevantes de acordo com cada tema. Foram categorizados quatro eixos referentes às representações sociais: o viver na rua; o comer na rua; comida no presente *versus* comida no passado; a fome e o lixo. O quinto eixo refere-se aos equipamentos sociais previstos nas políticas públicas no que diz respeito à alimentação para a população em situação de rua. Constatou-se que o viver e o comer na rua estão relacionados ao costume e à escolha em fazer deste ambiente sua moradia. A comida no presente e a comida no passado são opostos, pois a comida no presente representa a sobrevivência, o comer para não passar fome, enquanto a comida no passado estreita as relações sociais no seio familiar, remetendo a memórias de afeto, união e presença feminina como cuidadora. Embora que para essa população, estar na rua seja uma questão de escolha e costume, as relações sociais da comida, mesmo não representando nada além do fator biológico no presente contexto, de algum modo reforçam a condição de que a comida é um fator social muito importante na vida das pessoas e que a situação de rua não modificou as memórias relacionadas à comida. O objeto social deste estudo - a comida - representa a sobrevivência na condição atual de vida e preserva a sua história nas recordações afetivas no passado. O quarto eixo relaciona-se ao desespero de ter que recorrer ao lixo para saciar a fome que é apresentada como sendo o limite do sofrimento de quem mora na rua. O quinto eixo, abordando as políticas públicas para a PSR, revela que apesar do avanço na criação de políticas públicas para este grupo ainda não é suficiente para contemplar seus direitos, especialmente no que tange à alimentação. A teoria das representações sociais trouxe luz ao entendimento a respeito dos valores e simbolismos que a população em situação de rua atribui à comida e a como esta encontra-se relacionada com o modo de viver e de comer em um contexto de rua. Além disso, o estudo aponta a necessidade de criação de ferramentas para que a população em situação de rua possa ter conhecimento de seus direitos e, dessa forma, possa utilizar esses serviços, principalmente no que diz respeito à alimentação.

Palavras-chave: desenvolvimento humano; representações sociais; comida; população em situação de rua.

ABSTRACT

This research has the objective to know the Social Representations about the action of eating and the food to the people in street situation, as well as to identify the use of the instruments of support and social inclusion foreseen in the social policies about food related to a group of street population in the city of São José dos Campos, state of São Paulo. This is a qualitative and exploratory study. Sixteen street adults took part in the study. For the data collection, a sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview were used. Data analysis was performed through content analysis and discussed in light of the Social Representations Theory. The content of the narratives was categorized considering the saturation of the relevant words according to each theme. Four axes were categorized for Social Representations: living on the street; eating in the street; the food in the present versus the food in the past; hunger and trash. The fifth axis refers to the social facilities provided by the public policies concerned about the street population's feeding. It was found that living and eating on the street are related to the habit and the choice to make this environment their home.

Food in the present and food in the past are opposites, because food in the present represents survival (eating to avoid starvation) while food in the past tightens social relations within the family, going through memories of affection; unity; and the female presence of care. Although the street population recognizes that being on the street is a matter of choice and habit, the social matters of food, even representing nothing more than a biological factor at present, somehow reinforce a condition that food has a very important social factor in people's lives and that a street situation has not changed the memories related to food. This study social object – the food – represents survival in the actual life condition and preserves one's own history within the affective memories in the past. The fourth axis is related to the despair of having to use the garbage to quench the hunger that is presented as the limit of the suffering of those who live in the street. The fifth axis, which addresses public policies for the street population, reveals that despite the advance in creating policies for this group, they are still not enough to contemplate the rights of the street population, especially related to food. The Social Representation Theory has brought light to the understanding of the values and symbolisms that the street population attributes to food and how the food itself is related to the way of living and eating in a street context. Besides that, the study points out the need to create tools so that the street population can be aware of its rights and then be able to use these services, especially when regarded to food.

Key words: human development; social representations; food; street population

LISTA DE SIGLAS

ABRANDH	Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
CEP - UNITAU	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em situação de rua
CC	Cozinha comunitária
COMAS	Comunidade Cristã de Ação Social
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PIDESC	Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PSR	População em situação de rua
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNPS	Política Nacional para população em situação de rua
RP	Restaurante popular
RS	Representações Sociais
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
TRS	Teoria das Representações Sociais

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos sujeitos no contexto da PSR de São José dos Campos -SP quanto à faixa etária.....	70
Tabela 2 – Distribuição dos sujeitos no contexto da PSR de São José dos Campos – SP, segundo o estado civil	70
Tabela 3 – Distribuição dos sujeitos no contexto da PSR de São José dos Campos – SP, segundo a escolaridade.....	71
Tabela 4 – Distribuição dos sujeitos no contexto da PSR de São José dos Campos – SP, segundo a naturalidade	72

LISTA DE QUADROS

Quadro - 1 Vocábulos evocados no primeiro eixo - Viver na rua.....	64
Quadro - 2 Vocábulos evocados no segundo eixo - Comer na rua.....	65
Quadro - 3 Vocábulos evocados no terceiro eixo - Comida no presente <i>versus</i> comida do passado.....	65
Quadro - 4 Vocábulos evocados com maior frequência no eixo – Fome e comida do lixo.....	67
Quadro - 5 Utilização dos serviços oferecidos no município pela PSR.....	68
Quadro - 6 Serviços oferecidos e utilizados nos abrigos municipais pela PSR.....	68
Quadro - 7 Síntese dos eixos e respectivos vocábulos.....	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Três fases da Análise de conteúdo.....	63
Figura 2 – Mapa conceitual do eixo 1 – Viver na rua.....	75
Figura 3 – Mapa conceitual do eixo 2 – Comer na rua.....	78
Figura 4 – Mapa conceitual do eixo 3 – Comida no presente <i>versus</i> comida no passado.....	81
Figura 5 – Mapa conceitual do eixo 4 – Fome e o Lixo para PSR.....	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Problema.....	18
1.2 Objetivos.....	19
1.2.1 Objetivo geral.....	19
1.2.2 Objetivos específicos.....	19
1.3 Delimitação do estudo.....	19
2 REVISÃO DE LITERATURA	21
2.1 Origem da Teoria das Representações Sociais.....	21
2.1.2 O Universo Reificado e o Universo Consensual das Representações Sociais.....	24
2.1.3 Método para construção das RS: Ancoragem e Objetivação.....	29
2.2 A comida: aspectos sociais, culturais e simbólicos.....	31
2.3 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).....	35
2.4 População em Situação de Rua: breve resgate dos aspectos históricos.....	39
2.4.1 População em Situação de Rua: conceito e caracterização.....	42
2.4.2 Políticas Públicas para PSR no Brasil.....	49
2.4.3 População em situação de rua e a cidade de São José dos Campos.....	55
2.4.4 Centro POP - e cidade de São José dos Campos.....	57
3 METODOLOGIA.....	59
3.1 Tipo de pesquisa.....	59
3.2 População, amostra e local de estudo.....	60
3.3 Instrumentos e procedimentos para coleta de dados.....	61
3.4 Análise de dados.....	62
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	70
4.1 Grupo social em estudo: perfil sociodemográfico.....	70
4.2 Representações Sociais: Eixos de análises.....	74
4.2.1. Viver na rua.....	74
4.2.2 Comer na rua.....	78

4.2.3 Comida: Passado <i>versus</i> presente.....	80
4.2.4 A fome e a comida do lixo para PSR.....	83
4.2.5 Políticas públicas para PSR.....	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94
ANEXOS	102
APÊNDICE	105

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo nasce do nosso interesse em conhecer de forma mais ampla e profunda o universo da População em Situação de Rua (PSR), especialmente no que diz respeito à alimentação e seus aspectos simbólicos. A PSR pode ser definida como um "grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular" (BRASIL, 2009).

A comida e o comer em situação de rua tornam-se objetos centrais desta pesquisa, uma vez que as experiências relacionadas à alimentação são próprias das relações humanas, ultrapassando limites culturais, sociais, políticos e religiosos. Por meio dessas experiências, é permitido aprender a respeito dos diferentes costumes e crenças de uma população e manifestam-se particularidades em diferentes organizações do cotidiano (CARNEIRO, 2005).

Durante a história da humanidade, a comida sempre esteve, de algum modo, ligada às relações sociais presentes nos diferentes contextos. A alimentação adequada é promotora de saúde, assegura a sobrevivência e a conservação de todas as espécies e assume, dessa forma, papel importante na construção cultural de um povo (MONTANARI, 2008).

Ainda segundo Montanari (2008), a comida é instrumento de partilha entre familiares e amigos por meio do convívio à mesa e representa momentos de união que podem ser considerados rituais de comensalidade. Assim, a prática da alimentação deixa de significar apenas a necessidade fisiológica, mas também envolve fatores relacionados ao prazer e ao afeto nela presentes.

Da-Matta (1987) ressalta que o ato de comer em companhia pode redundar em momentos agradáveis e satisfatórios, visto que a comida proporciona e contribui de forma positiva para as relações sociais e pode estar ligada a recordações, a vínculos familiares ou a amizades.

Nesse sentido, compreender a vivência e os aspectos simbólicos relacionados à comida e ao comer em situação de rua é desafiador, pois a PSR vive em condição de insegurança alimentar e nutricional, longe de familiares, sozinha ou com poucos amigos e tampouco faz suas refeições em casa e à mesa. Portanto, estudar esse fenômeno à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS) é acadêmica e socialmente pertinente, uma vez que "as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e

comunicar o que nós já sabemos” (MOSCOVICI, 2011, p. 46), observando que tais representações são entidades quase tangíveis presentes na maioria das relações sociais e que circulam por meio da fala, dos gestos e do encontro (MOSCOVICI, 2012).

Ao conduzir o estudo sobre a PSR, especialmente no que tange à comida, é importante considerar a condição de pobreza em que vivem esses indivíduos, bem como a lógica mercantilista da sociedade capitalista, na qual a dignidade do homem e o lugar social assumido pelo indivíduo são expressos diante de um imaginário coletivo que valorize o trabalho e a renda. Nesse sentido, Vieira dispõe que:

A pobreza não se reduz, portanto, a uma questão meramente econômica, se constituindo também num parâmetro de avaliação social. Nesse contexto, a população de rua, que indiscutivelmente se encontra numa situação de extrema pobreza, tem seu lugar demarcado, sendo estigmatizado pela sociedade como um todo e pela classe trabalhadora em particular (VIEIRA, 1992, p.18).

A Pesquisa Nacional sobre a PSR, realizada em 2007/2008 pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 71 municípios com mais de 300 mil habitantes, identificou 31.922 adultos em situação de rua e veio a confirmar a condição de pobreza dessa população que recebe de 20 a 80 reais por semana, na maioria das vezes exercendo atividade remunerada (70.9%) como catador de material reciclável, flanelinha, estivador, dentre outras. Tal pesquisa verificou, ainda, que a maioria da PSR no Brasil é do sexo masculino (82%), negra (27,9%), parda (39,1%) e com idade entre 25 e 44 anos (53%) (BRASIL, 2009).

Embora traga dados importantes sobre a realidade de quem vive em situação de rua, a Pesquisa Nacional sobre a PSR não aborda questões relacionadas à alimentação e ao comer em situação de rua, nem mesmo traz informações sobre o uso, por essa população, dos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN), como os Restaurantes Populares (RP) e as Cozinhas Comunitárias (CC) (MDS, 2009). Por outro lado, seu acesso a esses equipamentos encontra-se vinculado à Política de Segurança Alimentar e Nutricional e está previsto na Política Nacional para Inclusão da PSR (BRASIL, 2009).

Dessa forma, o presente estudo propõe uma abordagem sobre os aspectos relacionados à comida e ao comer para a PSR à luz da TRS - teoria utilizada em estudos com temas de interesse social contemporâneos - possibilitando, assim, uma leitura interdisciplinar sobre esse tema complexo e latente em nossa sociedade.

Outro fator determinante para a escolha do tema pesquisado foi a nossa participação em trabalhos voluntários junto à PSR desde 2009, nos quais somos responsáveis pela arrecadação de donativos, alimentos, preparação e posterior distribuição a essa população nas principais ruas da cidade de São José dos Campos

– onde inclusive o presente estudo foi realizado.

Nessa toada, citamos Alvarez (1999) quando descreve sua experiência ao conhecer a realidade da PSR:

[...] entrara em mundo que jamais pudera conceber enquanto aquecida e protegida no confortável mundo de cidadã urbana. E foi uma inserção “mágica”. Não transpusera nenhuma muralha da cidade fortificada ou fronteiras guardadas de países distantes: simplesmente, descendo de um carro adentrara em outra realidade, a outra “cidade dentro da cidade” ... o mundo do morador na rua (ALVAREZ, 1999, p. 25).

Essa narrativa da autora sobre a inserção “mágica” no mundo do morador de rua nos toca muito em virtude da nossa experiência em serviço voluntário junto à PSR. E nesse sentido, a escolha do presente tema, aliada à possibilidade de investigar as questões simbólicas como atitudes, valores e afetos no que tange à comida e ao comer em situação de rua, aguça nossa curiosidade e desperta-nos o olhar para além das questões de benevolência, levando-nos ao entendimento da realidade dessa população e de seus direitos conforme previstos nas devidas políticas públicas para esse grupo.

1.1 Problema

Apesar do fato de viver em situação de rua, a PSR também possui histórias e memórias, que por sua vez podem ser trazidas pela comida e lembranças relacionadas a ela. De acordo com Proença (2010), o comer e a comida como prática inserida em todos os grupos e atividades humanas constituem-se em ação cotidiana na vida das pessoas e estão envolvidos não somente aos fatores biológicos, mas também aos diferentes contextos econômicos, políticos, sociais, psicológicos e culturais das sociedades.

Nesse sentido, pergunta-se:

Quais questões simbólicas relacionadas à comida e ao comer estão presentes na PSR?

Que representações sociais da comida e do comer na rua são construídas pela PSR?

E que Políticas Públicas de alimentação são destinadas e utilizadas por essa população?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar as RS sobre a comida e o comer na rua para a PSR na cidade de São José dos Campos - SP.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Traçar o perfil sociodemográfico do grupo de estudo;
- Identificar atitudes, valores e aspectos simbólicos atribuídos à comida e ao comer para a PSR;
- Identificar se Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) são utilizados pelo grupo.

1.3 Delimitação do Estudo

No presente estudo, o objeto de pesquisa foram as representações sociais da PSR sobre a comida e o comer na cidade de São José dos Campos/SP.

A cidade de São José dos Campos, está localizada na região do Vale do Paraíba paulista possuindo área de 1.099,409 km², sendo que 67% de seu território localiza-se em área rural e 52,36% em áreas de proteção ambiental. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sua população em julho de 2016 era de 695.992 habitantes (IBGE, 2016).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), de acordo com os parâmetros da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, foi avaliado em 0,807, obtendo

a 11ª colocação no Estado de São Paulo e a 36ª colocação em nível nacional, o que classifica São José dos Campos como um município de alto desenvolvimento humano (IBGE, 2006).

Considerando os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 32,3% da população de São José dos Campos encontrava-se nessas condições, o que colocava a cidade na posição 267 de 645 dentre os municípios do Estado de São Paulo e na posição 4212 de 5570 dentre os municípios do Brasil (IBGE, 2014).

Entre os dias 5 e 6 de novembro de 2015, foi realizado o primeiro censo municipal a respeito da PSR na cidade ora em estudo. Os dados levantados identificaram a presença de 355 pessoas nessa situação, o que correspondia a 0,050% do total da população de São José dos Campos (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2015).

Das 355 pessoas identificadas em situação de rua, o estudo apontou uma predominante presença masculina, somando 90% do total dessa população. Eram 296 homens, com idade entre 31 e 50 anos, apresentando baixo nível de escolaridade, no qual 154 sujeitos afirmaram não terem completado o ensino fundamental. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, 2015).

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para o desenvolvimento da pesquisa e a compreensão de um fenômeno social relacionado à PSR, buscamos inicialmente discutir sobre a TRS, fundamento teórico do presente estudo, considerando sua concepção e sua utilização nas pesquisas sociais envolvendo diversos objetos sociais e, no caso do presente estudo, a comida. Na sequência, os fatos históricos sobre o grupo de estudo, as devidas políticas públicas promulgadas para a PSR e sua utilização no município onde o estudo foi realizado.

2.1 Origem da Teoria das Representações Sociais

A TRS foi inicialmente elaborada início em 1961 com a tese apresentada por Serge Moscovici em seu doutoramento. A tese desse romeno naturalizado francês foi anos mais tarde publicada em um livro intitulado *La psycanalise son image et son public* (CASTRO, 2014).

Esse estudo procura compreender de que maneira a psicanálise, ao romper as barreiras impostas por grupos de especialistas, assume novo significado quando apropriadas por grupos de pessoas comuns e pela forma com que esse grupo se apropria dessa nova modalidade de conhecimento (ALEXANDRE, 2004).

De acordo com Alexandre (2004), a motivação que impulsionou Moscovici a elaborar a TRS - baseada em um critério metodológico-científico - foi sua observação crítica a respeito de suposições de base positivista e funcionalista dos demais princípios que não se faziam entender sobre a realidade em outros aspectos como, por exemplo, a perspectiva histórico-crítica.

A ousadia dos estudos realizados por Moscovici revelou um novo padrão na Psicologia Social e criou bases conceituais e metodológicas sobre as quais sucederam aprofundamentos. É válido ressaltar, ainda, que o processo apresentado por Moscovici teve como base a elaboração teórica do conceito de representação coletiva proposto por Durkheim (ALVES-MAZZOTTI, 2008).

Durkheim, conforme citado por Alexandre (2004) promoveu uma distinção entre os fundamentos das representações individuais e o estudo das representações da coletividade de indivíduos. Para ele, as representações individuais seriam o fator determinante da psicologia e as coletivas estariam fundamentadas no campo e nas relações estudadas pela sociologia. Dessa forma, as representações coletivas propostas por Durkheim teriam o intuito de confirmar que os fatos vividos no passado pelos indivíduos, somados às experiências e ocorrências vividas no contexto em que estão inseridos, seriam determinantes para a formação do senso comum de todo o grupo.

Segundo o autor referenciado, o propósito das representações coletivas fundamentava-se na difusão da herança coletiva dos saberes do passado que, com o decorrer do tempo e de uma forma determinista e estática, seriam acrescentadas às experiências individuais ao que a sociedade acumulou em sabedoria e ciência.

Pode-se dizer que o conceito das RS preconizado por Moscovici é mais amplo que o da representação coletiva de Durkheim. As RS, segundo Moscovici, não são colocadas externamente às consciências individuais tal como apresentado por Durkheim nas representações coletivas, mas sim são geradas pelos próprios sujeitos sociais.

Durkheim desenvolvia seus estudos e buscava entender os eventos sociais e não individuais. Esse modelo era contestado por Moscovici que, por sua vez, apresentou seu conceito de representações sociais, considerando como premissa os estudos de Durkheim sobre as representações coletivas. No entanto, enquanto este as compreendia como representações estáticas e imutáveis, aquele propunha RS tão dinâmicas e efêmeras que nem sempre teriam tempo de se solidificar ao ponto de tornarem-se imutáveis (MOSCOVICI, 2011).

A interface entre as teorias desenvolvidas por Moscovici e Durkheim ocorreu no momento em que aquele elaborou uma nova interpretação da teoria das representações coletivas. Isso fez com que as reflexões a respeito das complexidades do cotidiano estabelecessem um novo modelo de análise tanto para a psicologia social como para as ciências humanas. A partir daí, propõe-se um novo objeto para a psicologia social, qual seja, o encontro entre indivíduo e sociedade (CASTRO, 2014).

Os estudos de Moscovici apontam que a elaboração das RS se embasa no resgate e aprimoramento da teoria de Durkheim, assim como exerce grande peso no processo de desenvolvimento da ciência.

[...] o valor que atribuímos à ciência, como, aliás, nas religiões, depende, em suma, da ideia que fazemos coletivamente da sua natureza e do seu papel na vida; quer dizer, ela exprime um estado de opinião. É que, de fato, tudo na vida social, inclusive a própria ciência, assenta na opinião (MOSCOVICI, 2011, p.45).

Os estudos fundamentados em RS inovam ao buscar os conhecimentos adquiridos a partir do senso comum, pois elas norteiam e guiam os indivíduos em relação às ações do dia a dia através dos saberes concebidos nas práticas e culturas dos grupos sociais. Tais saberes são utilizados para antecipar acontecimentos e direcionar o comportamento dos indivíduos no contexto dos grupos sociais de acordo com uma determinada cultura (ALVES –MAZZOTTI, 2008).

Nesse sentido, as RS refletem os acontecimentos como sendo pensamentos dinâmicos e variáveis e como o resultado de uma sociedade em que as informações são transformadas a todo momento, em virtude do desenvolvimento dos meios de comunicação que possibilitam constantes indagações e reinterpretações da realidade.

As representações sociais que me interessam não são nem as das sociedades primitivas, nem as suas sobreviventes, no subsolo de nossa cultura, dos tempos pré-históricos. Elas são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre têm tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornar tradições imutáveis. (MOSCOVICI, 2011, p. 48).

É possível verificar que existe a interação do indivíduo com a sociedade da qual faz parte, sendo o reflexo da existência de aspectos e relações ligadas diretamente à formação do senso comum, considerando a forma com que as pessoas compreendem o mundo, como se adaptam a ele e se familiarizam com os acontecimentos ao seu redor por meio de expressões, palavras, convicções e símbolos e, ainda, como concebem suas representações e como elas interferem em suas condutas (ALEXANDRE, 2004).

Segundo o autor supracitado, as práticas que norteiam e orientam os indivíduos - ou seja, o senso comum - são um processo contínuo que a todo o momento passa a ser recriado em nossas sociedades, permitindo que se determine a comunicação entre a linguagem e o comportamento usual entre os indivíduos. O entendimento do mundo por meio do senso comum é a maneira como se constitui a TRS, fundamentando sua particularidade dinâmica e processual

e entendendo as RS como a construção que uma pessoa ou um grupo apresentam a respeito de alguma coisa, o que possibilita uma conexão positiva entre essa pessoa e um determinado objeto que pode passar por novas transformações a todo o momento.

Segundo Castro (2014), as RS são, ao mesmo tempo, conservadoras e inovadoras, permitindo ao grupo compreender seu meio social e lidar com as questões nele identificadas. Diante dessa dinâmica, é possível observar o modo como a sociedade organiza e exterioriza as diferentes formas de pensamentos, bem como compreender como RS são constituídas e formadas através do senso comum.

Para Moscovici (2011), as RS influenciam diretamente a maneira pela qual os indivíduos constroem sua realidade, pois essas representações mentais do contexto externo são concluídas de modo que gerem permissão (ou não) para que determinados fatores da realidade sejam compreendidos:

Eu não quero dizer que tais representações não correspondem a algo que nós chamamos o mundo externo. Eu simplesmente percebo que, no que se refere à realidade, essas representações são tudo o que nós temos, aquilo que nossos sistemas perceptivos, como cognitivos, estão ajustados. (MOSCOVICI, 2011, p. 32).

A conexão estabelecida entre a Psicologia social e o social psicológico configura as RS como um sistema enérgico que facilita o entendimento a respeito da formação do pensamento sociológico e contribui com a elaboração social da realidade (ALEXANDRE, 2004).

Diante dessa conexão, tem-se o início da formação das RS como a manifestação do cruzamento ou encontro de conceitos sociológicos com conceitos psicológicos, incorporando-se da interdisciplinaridade em sua base conceitual (MOSCOVICI, 2012, p. 39).

2.1.2 O Universo Reificado e o Universo Consensual das Representações Sociais.

Moscovici (2010) relata a existência de duas categorias de universo: consensual e reificado. O autor esclarece que, no universo consensual, o corpo social (coletividade) é uma prática real, uma criação em visível continuação e consolidação que possui sentido e finalidade, sendo dotado de voz humana. Trata-se de um universo que evolui em conciliação com a existência humana, comportando-se em suas ações e reações como ser humano. Nele existe a

probabilidade de criar e reinterpretar os eventos, o que permite ao indivíduo atuar de acordo com suas referências sociais e subjetivas. Assim, o indivíduo contribui para a formação de determinados conceitos no grupo, os quais são construídos por meio da interação cotidiana (MOSCOVICI, 2010, p. 49-50).

Enquanto isso, no universo reificado, a sociedade é modificada em um sistema de organizações sólidas e básicas que se repetem sem apresentar variações, são neutras à individualidade e não possuem identidade (MOSCOVICI, 2010, p. 49 -50). Esse universo, segundo o autor, manifesta-se através de uma interpretação alheia à individualidade e ocupa-se da relação existente na sociedade de forma objetiva e padronizada. Desse modo, é entendido como superficial junto à elaboração social do indivíduo e declarado como forma da ciência elaborada em consonância com seus preceitos.

No pensamento de Arruda (2002), as RS são estabelecidas em virtude da diversidade presente na sociedade, em suas múltiplas opiniões a respeito de um mesmo objeto que configuram uma maneira de produzir uma nova interpretação da realidade. Trata-se, pois, da organização de um entendimento que parte do conhecimento prático e da relação entre as pessoas.

Moscovici (2012) afirma que até a manifestação de seus experimentos existia uma divisão entre ambos os universos que manifestava uma oposição estabelecida. Para que o universo reificado fosse reconhecido, por exemplo, deveria existir um princípio objetivo e material. Desse modo, acreditava-se que no universo reificado viviam os elementos tidos como sagrados e que significavam sinal de respeito, devoção e confiança, estando a ciência entre eles. Isso preservava um distanciamento das práticas declaradas como sendo propositais e humanas (MOSCOVICI, 2012a).

Em contrapartida, o universo consensual mantinha seu princípio focado no pessoal, psicológico, imaterial e abstrato, deparando-se com o mundo herege e blasfemador, em que as práticas julgadas como sendo comuns e utilitaristas eram elaboradas. Dessa forma, não existia nada em comum entre as ciências do universo objetivo – tidas como sagradas, e as ciências do universo subjetivo – tidas como profanas. O julgamento incidia meramente sobre a perspectiva de adaptação de entendimentos entre um universo e o outro (MOSCOVICI, 2012, p.49).

Em relação aos conhecimentos do senso comum, Moscovici o percebe como fatos resultantes da razão, assim como os científicos, mesmo que pertençam a distintos tipos de

pensamentos e métodos desiguais para sua concepção. Por isso, “[...] quando se estuda o senso comum, o conhecimento popular, nós estamos estudando algo que liga a sociedade, ou os indivíduos, a sua cultura, a sua linguagem, ao seu mundo familiar” (MOSCOVICI, 2010, p. 322).

Na visão de Alves Mazzoti (2008), a TRS acontece no momento do encontro desses dois universos. Moscovici, ao buscar o espaçamento entre o social e o psicológico, considera reflexões sociológicas e confronta esses dois universos. E, ainda refletindo sobre essa ideia, Jodelet (2005) declara que é possível constatar esta situação junto ao grupo:

[...] como se produzem e funcionam representações num espaço social e mental delimitado. Esse afastamento de todo saber científico estabelecido e reconhecido favorece a construção original de um pensamento destinado a controlar os dados da experiência objetiva e do vivido íntimo, mas que, em certos pontos, estará em defasagem ou em contradição com os conhecimentos de sua contemporaneidade (JODELET, 2005, p. 354).

Para a autora acima mencionada, é possível afirmar que as RS se encontram no momento em que ocorre o cruzamento entres universos distintos - o reificado e o consensual. Todavia, se um objeto fizer parte apenas do senso comum, isso não quer dizer que este mesmo objeto seja uma RS de um grupo, pois a principal condição para que um objeto se torne uma RS é que haja a percepção do grupo em relação a ele, constituindo processos de simplificação e de reinterpretção deste, sustentados nos conhecimentos já existentes.

A imprescindibilidade de representar e de tornar familiar aquilo que é estranho e a necessidade de fixar algo no universo do senso comum manifestam-se como uma resposta à “[...] ameaça de perder o marco referencial, perder o contato com o que propicia um sentido de continuidade, de compreensão mútua” (MOSCOVICI, 2012, p.56).

O interesse de Moscovici pelos saberes do senso comum manifesta-se por considerar que eles são decorrentes da razão, assim como os saberes científicos, relacionam-se com diferentes tipos de pensamentos e técnicas distintas para a elaboração desses saberes para se compreender o processo de constituição das RS, é necessário entender como se dá o seu processo de formação e suas principais funções.

Ao explicar sobre as RS, Moscovici (2012, p. 28) aponta que são “[...] um conjunto organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas às quais os homens tornam a realidade física e social inteligível [...]”.

Na visão de Arruda (2002), para que ocorra a compreensão de um conceito, deve existir a comprovação de sua dinamicidade e diversidade, considerando também a existência de diversas maneiras de conhecimento e comunicação norteadas por objetivos distintos e por delineamentos que possuem mobilidade.

Segundo Jodelet (2002, p. 22) a RS “é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Permite que o indivíduo se situe no mundo, orientando o comportamento e atuando na solução de problemas. Para a autora, as RS são importantes porque auxiliam a dar sentido e interpretar os aspectos da realidade, resultando em posicionamentos e fornecendo justificativas para as ações. Assim, para ela, “As representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social” (JODELET, 2001, p. 21).

Para Alexandre (2004), as RS são compostas por valores, crenças e simbolismos, sendo socialmente elaboradas por meio do senso comum. Para que um conhecimento seja considerado RS, é necessário que faça parte do dia a dia das pessoas que o utilizam na interpretação da realidade, assim como para pensar e agir sobre ela.

Conforme dissertam Chamon e Chamon (2007), Moscovici apresentou três princípios para o surgimento das RS: a dispersão da informação, a focalização e a pressão à inferência. As RS revelam-se no momento em que ocorre um distanciamento entre “a informação utilizável pelos atores sociais e a informação que lhes seria necessária para alcançar um ponto de vista objetivo” (CHAMON; CHAMON, 2007, p.125), caracterizando, assim, a dispersão da informação. A focalização, por sua vez, refere-se ao enfoque que é dado a determinados aspectos do objeto em detrimento de outros, correspondendo à forma com que o grupo se posiciona em relação a ele. E, por fim, no que tange à inferência, tem-se que um objeto de RS deve produzir opiniões e ser expressivo para o grupo, de modo que os sujeitos emitam opiniões sobre ele.

Ainda segundo os autores, as RS posicionam o grupo em seu enquadramento social e o colocam em sistemas de valores e crenças que correspondam a sua identidade social.

As RS têm cunho preditivo, pois a conduta e as atitudes são orientadas pelas RS concebidas a respeito de um determinado objeto. Nesse processo, podem ser observados três princípios, quais sejam, a definição da finalidade da situação, um sistema de antecipação e de espera e uma prescrição de comportamento (CHAMON; CHAMON, 2007). Sendo assim, as RS “modelam o comportamento e justificam sua expressão” (ALEXANDRE, 2004, p. 132).

Considerando, pois, que as RS são preditivas do comportamento e antecedem a ação, é também por meio delas que os sujeitos ou grupos se justificam - função de justificação. Desse modo, justificam-se as ações a partir das crenças e posicionamentos que se apresentam (CHAMON; CHAMON, 2007).

Para definir a dinâmica das RS, Chamon e Chamon (2007) apontam quatro funções fundamentais. A primeira delas configura-se como o saber, uma vez que [...] “As representações sociais permitem compreender e explicar a realidade, isto é, os indivíduos adquirem conhecimentos e os integram num quadro assimilável por eles (o senso comum), e tudo isso de modo coerente com seus valores e seu funcionamento cognitivo [...].” (CHAMON; CHAMON, 2007, p. 129).

A segunda – a função identitária - contempla as representações sociais que “[...] têm como propósito familiarizar o indivíduo junto a um campo social e assim, influenciar na criação de uma identidade social, sob um formato que seja adaptável as regras e valores concebidos historicamente” (CHAMON; CHAMON, 2007, p. 129).

Já a função de orientação, conforme Chamon e Chamon (2007), norteia as condutas e as práticas por meio de três fatores:

A definição da finalidade da situação. Elas determinam a priori os tipos de relações pertinentes a um sujeito e, eventualmente, nas situações onde existe uma tarefa a ser cumprida, o tipo de estratégia cognitiva que vai ser adotada. Um sistema de antecipação e de espera. Uma representação não segue o desenrolar de uma interação e não depende dela. Ela precede a interação e a orienta. Uma prescrição de um comportamento. A representação social reflete a natureza das regras e das ligações sociais e, dessa forma, é prescritiva de comportamentos e ou de práticas obrigatórias. (CHAMON; CHAMON, 2007, p. 130).

E por fim, segundo os autores, através da função de justificação é possível que aconteça a compreensão de determinadas tomadas de decisão e atitudes após a realidade vivenciada,

permitindo, dessa forma, que aconteça entre os sujeitos envolvidos no processo a compreensão de suas condutas, comportamentos e atitudes, frente aos acontecimentos no cotidiano (CHAMON; CHAMON, 2007).

2.1.3 Método para construção das RS: ancoragem e objetivação

Em seus estudos, Moscovici (2013, p. 61) afirma não se tratar de uma prática simples o fato de um objeto social adquirir um novo sentido ou mesmo a transformação de algo não familiar em familiar. Para tanto, é imprescindível a utilização de duas técnicas essenciais capazes de dar significado às RS. São elas, a ancoragem e a objetivação.

A ancoragem relaciona-se diretamente à reorganização de pensamentos e ideias já existentes na memória, dando-lhes uma nova definição. Desse modo, pode-se dizer que pela ancoragem são ressignificadas situações ocorridas e, portanto, a partir das situações já existentes na memória de cada indivíduo. Pela ancoragem é possível transformar algo não familiar em familiar, promovendo, a partir dessa condição, a inclusão de novos conhecimentos a um pensamento já existente.

Moscovici (2013), ao dissertar a respeito da ancoragem, afirma que ela é um:

[...] processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriado. [...]. Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. [...] representar o não usual em nosso mundo familiar [...] dar um nome ao que não tinha nome (MOSCOVICI, 2013, p. 61-62).

Jodelet (2001), por sua vez, declara que a técnica da ancoragem se faz presente nas RS e em seu objeto, contemplando um conjunto de significações que permite estabelecer uma conexão entre os valores sociais e proporcionar um sentido a esse objeto. Do mesmo modo, Chamon e Chamon (2007) revelam que os diferentes significados de um objeto podem colaborar com as relações simbólicas já presentes no núcleo de um grupo no qual se encontra este objeto.

Para Arruda (2002), a ancoragem é o método que pretende dar sentido e significado ao novo objeto. Dessa forma, é permitido afirmar que a ancoragem se dá no momento em que esse

objeto é identificado no universo do indivíduo através da aproximação de categorias já existentes.

No tocante à objetivação, trata-se, segundo Moscovici (2013, p. 71), da formação teórica da RS. É o que incorpora o conceito da não familiaridade ao conceito de realidade; é o momento no qual se reproduz um conceito em uma imagem, sendo que a partir desse momento a imagem torna-se real. A técnica da objetivação é, assim, o momento de transformação de algo abstrato em concreto. Significa dar forma a um objeto que se encontra no imaginário, a um conhecimento que se formou a respeito desse objeto, ou mesmo rerepresentar um conceito à imagem ou ao objeto.

Na mesma perspectiva, Chamon e Chamon (2007, p. 134) afirmam que, por meio da técnica da objetivação, é admissível tornar concreto o que é abstrato e, portanto, atribuir a palavra ao conceito reduzido, introduzindo-o à realidade. Para os autores, três etapas envolvem a técnica de objetivação. A primeira etapa consiste na triagem e descontextualização dos elementos que constituem o objeto. Trata-se de uma etapa que confere a seleção de diversas informações a respeito do objeto social sob preceitos que o descontextualizem do campo científico e que viabilizem o pertencimento ao grupo.

A segunda etapa é a elaboração de eixo ou representação figurativa, fazendo com que a estrutura figurada do objeto seja produzida desde a sua construção conceitual. E a terceira e última etapa consiste na naturalização que, por sua vez, relaciona a conexão entre os elementos com o intuito de construir o objeto social e integralizá-lo ao senso comum do grupo.

Assim, a metodologia da objetivação relaciona-se diretamente aos fatores referentes à organização dos componentes das RS no sentido de alcançarem uma forma e tornarem-se a expressão de uma realidade que o sujeito acredita ser natural. Tais componentes podem ser vislumbrados nas crenças, opiniões e ideias sobre o objeto de representação.

Os processos de ancoragem e de objetivação justificam a construção teórica da criação das RS, proporcionando solidez epistemológica ao objeto social (CHAMON; CHAMON, 2007). Nesse sentido, pode-se dizer que tais processos são efetivamente responsáveis pela elaboração e pela criação das RS, sendo imprescindíveis para a sua compreensão, independentemente do objeto social a ser abordado, seja ele a comida, como no presente estudo, ou qualquer outro objeto.

2.2 A comida: aspectos culturais, sociais e simbólicos

É importante refletir sobre as diferentes dimensões que envolvem a comida presentes em sua compreensão não apenas como uma necessidade biológica, mas também enquanto fenômeno cultural, social e simbólico.

Nesse sentido, Montanari (2008, p. 157) explica a comida como a tradução de uma prática saborosamente cultural, da qual não devem ser considerados apenas os fatores que envolvem seu contexto nutricional, uma vez que a comida sempre se fez presente na história da humanidade. A comida está presente nos momentos de convivência e de relação entre grupos, o que permite a reflexão a respeito do ato de comer não somente como um fator biológico de alimentação do corpo. Para o autor, a comida é a partilha do alimento e a interação no momento das refeições; é uma maneira de comer a partir de um ponto de vista social e cultural, que se apropria do conjunto de fatores que circundam o ato de comer.

Montanari (2008) afirma ainda que a comida possui um papel simbólico de suma importância, além de fortalecer as práticas diárias essenciais ao cotidiano. Constata que muitas informações podem ser declaradas à mesa, a começar pelo planejamento e pelos vínculos estabelecidos entre as pessoas que fazem parte desse cenário e, ainda, pelas particularidades de classes sociais distintas e pela interação cultural junto à mesa.

Da-Matta (1987), por sua vez, afirma que a “comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e uma maneira de alimentar-se.” e essa maneira considera os aspectos que envolvem o gesto de alimentar-se e não somente o alimento que é ingerido.

Já para Camargo (2004), a comida possui amplo significado como palavra e quer dizer: aquilo que serve para comer, o alimento, o sustento, a refeição. É também capaz de remeter o indivíduo aos significados afetivos, às lembranças e reuniões familiares tais como os amigos em volta de uma mesa comemorando e vivenciando momentos de interação em ambientes sociais. E, por tudo isso, a comida traduz forte significado em toda história da humanidade.

A prática estabelecida de comer em companhia de alguém faz com que o indivíduo interaja com o grupo no qual está inserido, promovendo o vínculo nos relacionamentos sociais, o prazer e a satisfação proporcionada na divisão dos alimentos. Conforme o pensamento de Camargo (2004), o ‘comer à mesa’ se relaciona diretamente à sociabilidade, pois existem

interações sociais que ocorrem exatamente durante esse ritual, é a hospitalidade que se concebe neste momento como ritual básico do vínculo humano.

De acordo com Frandrin e Montanari (1998), a interação existente entre a alimentação, a comunicação e a sociabilidade inscrevem-se nos costumes alimentares do homem diferenciando-o de outros animais não somente pela cozinha - condizente em menor ou maior intensidade a uma condição dietética ou a orientações religiosas - mas, sobretudo, pelos aspectos comensais e pela própria função social que as refeições desempenham e quando impõem uma espécie de etiqueta a determinada sociedade.

Em suas reflexões, Ackerman (1992) aponta que em toda a história da culinária e gastronomia ou em atividades religiosas e festivas estão presentes os exemplos do simbolismo alimentar. O ato de consagrar as confraternizações ao redor da comida revela valores culturais, patamares, raízes, alicerces e, com isso, o enlaçamento das relações afetivas entre amigos e familiares. No aspecto imaterial, esse simbolismo é contínuo e revivido pelos experimentos do dia a dia, podendo tornar-se concreto ao ser interpretado de acordo com as condições vividas em uma dada realidade.

Ainda conforme Ackerman (1992), a comida é um tema referenciado como uma fonte de prazer comum, como um mundo complexo de satisfação tanto fisiológica quanto emocional capaz de remeter à parte das lembranças da infância. Dessa forma, a autora nos diz que dentre os diversos aspectos que a comida possui estão contemplados vários significados na história da humanidade que nos levam a relacioná-la com momentos alegres e festivos, de união e afeto nos encontros com amigos, colegas e familiares. A comida contribui, portanto, para a concretização das relações de harmonia nos grupos aos quais indivíduos fazem parte, criando memórias afetivas durante a vida de qualquer ser humano.

É importante destacar que a associação de aspectos culturais à alimentação é um fenômeno que ganhou destaque a partir do século XX. Entre os anos 60 e 70 desse século, emergiram estudos a respeito do tema. Nesse sentido, consoante um conceito vinculado às ciências biológicas, a notoriedade da área da Nutrição relaciona-se com a investigação dos nutrientes contidos nos alimentos, ao passo que a sociologia e a antropologia reforçam as pesquisas em relação a significação simbólica dos alimentos e suas reprovações, assim como reforçam, segundo Frandrin e Montanari (2008, p. 21) , “[...] os costumes alimentares, o comportamento junto à mesa, as relações que a alimentação preserva em cada sociedade, a cultura e as estruturas sociais”.

Tais ideias são reunidas por Montanari (2008) ao anunciar que os valores do sistema alimentar se configuram como consequências dos processos culturais, sendo a cozinha um lugar com grande referência simbólica da civilização junto a sua cultura. Dessa forma, certifica-se a devida importância da alimentação no contexto social, pois está sujeita às suas influências e exibe uma correlação com os aspectos culturais de uma sociedade.

Em relação à cultura, Geertz (2008) a conceitua como uma manifestação de sistemas simbólicos, observando a conduta do ser humano como uma prática simbólica dotada de significado que irá construir um sentido caso esteja relacionado ao ambiente, a objetos e ao comportamento humano, concebendo assim, a partir dessas ligações, um conjunto de significados.

Segundo o autor, a cultura colabora com a formação das estruturas psicológicas e essas estruturas orientam o comportamento humano no intuito de fazer com que as pessoas sejam acolhidas em seu grupo social. Tal acolhimento deve ser realizado respeitando as crenças e os valores entre os indivíduos, bem como os significados atribuídos a essas crenças e valores à medida que recebem ações que envolvem a cultura e que essas ações são fatores determinantes para controlar e orientar seus comportamentos. Desse modo, a cultura é fundamental ao homem pelo fato de também definir seu comportamento (GEERTEZ, 2008).

Ao perscrutar esse ponto de vista, Santos (2008) reporta-se ao alimento como um personagem central, por meio do qual o homem pode expressar-se em sua cultura e em fenômenos sociais. Essas atividades não se ausentam dos sentidos e demais interpretações na medida em que o alimento em si não é apenas o alimento, uma vez que o ato de se alimentar está diretamente ligado a um gesto social, a um ciclo concebido por meio de comportamentos que interagem com costumes, práticas e acontecimentos.

Nesse mesmo aspecto, Santos (2008) aponta que nenhum alimento ao ser introduzido em nosso organismo é indiferente ou neutro, pois ele diz respeito a um conjunto de valores que integram a história gastronômica e que é exteriorizada pelas manifestações sociais e culturais, denotando um determinado período do tempo.

Damatta (1987), por sua vez, explica que ao considerar os significados e sentidos atribuídos aos alimentos é possível verificar a diferença entre o alimento e a comida. Para ele, a substância nutritiva é o alimento, todavia, nem todo alimento é comida pois existe uma

diferenciação entre estes objetos sociais, além de considerar que o alimento e a comida estabelecem entre si um par relativamente significativo (DAMATTA, 1987, p. 22).

Por todo o exposto até o momento, pode-se vislumbrar que o comer e a comida são compreendidos como um processo no qual ocorre a modificação do alimento – do nutriente propriamente dito – e que, por meio desse processo, tem-se a interferência da cultura.

Maciel (2004), em estudo histórico sobre a cozinha brasileira, afirma que a comida pode ser compreendida enquanto alimento acompanhado de aspectos e fatores de uma determinada cultura, evidenciando, pois, suas especificidades em relação ao que é comestível, assim como em qual conjuntura e acompanhados de quais pessoas a comida será apresentada.

Para Montanari (2008), como anteriormente explorado, a comida detém uma conotação simbólica muito importante junto as práticas alimentares fundamentais do cotidiano.

Desse modo, a comida, assim como o ato de comer e suas simbologias, não estão desassociados do sujeito que come, de sua classe social, de seus costumes e de suas crenças. O ato de comer vai além do fator biológico e da condição de alimentar o corpo, pois também contempla diferentes elementos simbólicos como a religiosidade e a sociabilidade e como o próprio prazer que o alimento representa. Sendo assim, todos os elementos simbólicos que envolvem o alimento não estão neutros em relação às questões sociais de um povo, uma vez que consideram a questão dos valores, crenças e atitudes.

Maciel e Castro (2013) também debatem a respeito do tema e comprovam que nenhuma observação ligada à alimentação está distante das ligações culturais.

A comida e os aspectos que envolvem seu contexto se completam com simbologia e sentido. Assim, a comida e o ato de comer também dizem respeito às relações sociais dos diferentes grupos, sendo nessa direção que caminha o presente estudo junto à PSR.

Entende-se, portanto, que o comer e seus aspectos simbólicos não estão separados do sujeito que come e de sua cultura, tampouco de sua classe social, de seus valores e de suas crenças. Este estudo busca investigar esses aspectos junto à PSR - grupo social que vive em condições dissemelhantes da maioria das pessoas, pois além da condição de insalubridade que enfrenta em seu cotidiano, também está sujeito à fome e também à condição de insegurança alimentar e nutricional diariamente.

O ato de comer não se resume à sobrevivência biológica, indo muito além disso em suas diferentes simbologias. Comer relaciona-se ao sagrado, à civilidade e ao prazer, lembrando que esses elementos não são neutros frente aos aspectos culturais de uma sociedade e, por conseguinte, não estão imunes aos valores, às crenças e às condutas sociais, entre outros fatores.

Dessa forma, vislumbrando uma maior compreensão de tais dimensões, na próxima subseção será discutida a condição de vida da PSR põe em risco diretamente um dos Direitos Humanos: o direito humano à alimentação adequada – DHAA.

2.3 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)

Os tópicos que abordam os temas da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) são debatidos no Brasil e em todo mundo, desenvolvendo-se à medida que a história da humanidade evolui alterando a configuração social e os vínculos de poder. A concepção contemporânea de SAN ampara e anuncia o direito de todas as pessoas ao acesso ininterrupto a alimentos de qualidade e em quantidade satisfatória, dispondo, ainda, que esse acesso não deve prejudicar o gozo dos demais itens fundamentais à vida como moradia, saúde, lazer e educação. Além disso, a SAN destaca que os costumes alimentares de promoção à saúde devem respeitar as diferenças culturais e considerar as formas sustentáveis nas perspectivas ambiental, cultural, econômica e social (BRASIL, 2006).

Entre os anos de 1914 a 1918, época da Primeira Guerra Mundial, o conceito da SAN estava correlacionado com a capacidade de o país produzir seus alimentos, ao modo de conservar sua eficácia na produção, e ao fato de não ficar suscetível a falta do alimento. Desde do início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a instituição da Organização das Nações Unidas (ONU) e, em seguida, com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos – (DUDH), verifica-se a incorporação de forma positiva em seu texto de uma série de preocupações então presentes junto à humanidade como, por exemplo, os direitos à saúde, à habitação, ao lazer e o direito humano à alimentação. Esses direitos estão previstos no artigo 25º da DUDH, conforme segue:

Art. 25º - Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (ONU, 1948).

Compreender que todos os cidadãos são detentores de direitos já é uma grande conquista de toda sociedade. Ser, então, conhecedor desses direitos dá ainda mais ao cidadão a oportunidade de saber que o Estado tem obrigações em relação à população e que essas obrigações podem ser exigidas com o cumprimento de demandas fundamentais para uma vida digna. E tudo isso não só no sentido de que são benefícios concedidos pelo Estado, mas justamente porque essas demandas configuram-se como direitos essenciais. Nessa seara também está o alimento, pois passa-se a compreender o acesso a um alimento de qualidade como um direito humano, ao mesmo tempo em que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial passam a entender que a segurança alimentar é um fator que assegura os recursos de mercado, sendo este um contexto que reflete a concorrência política e a busca da soberania (MACEDO et al, 2009).

No período pós-guerra havia a percepção de que o principal agente promotor da insegurança alimentar era a produção insuficiente de alimentos nos países pobres. Diante dessa circunstância, foi apresentada uma experimentação conhecida como Revolução Verde, cujo propósito era o de ampliar a produção de alimentos. Entretanto, apesar da criação desse projeto, verificou-se que a condição de fome permanecia em diferentes partes do mundo em virtude da falta do acesso à terra para a produção de alimentos ou mesmo falta de proventos para adquirir esses alimentos. Isso significa que a insegurança alimentar ocorria não somente pela escassez da produção de alimentos, mas também como consequência da latente injustiça social presente (BURITY et al, 2010).

Por volta dos anos de 1980 e 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) incluiu o aspecto nutricional e sanitário na concepção de alimentação. A partir desse momento, o “[...] acesso a alimentos seguros (não contaminados biológica ou quimicamente), de qualidade (nutricional, biológica, sanitária e tecnológica), produzidos de forma sustentável, equilibrada e culturalmente aceitáveis” passou a ser denominado Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (VALENTE, 2002, p.40).

Segundo os autores acima citados, desde 1986, o tema da SAN vem sendo abordado no Brasil. Em 1994, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Alimentação na qual a SAN foi conceituada como a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente. Houve também a preocupação de preservar as primícias das duas dimensões estabelecidas pela OMS conforme apontado anteriormente, quais sejam: a questão das técnicas de produção dos alimentos nos aspectos de acesso e comercialização; a proporção nutricional no tocante à escolha, ao preparo e ao consumo dos alimentos considerando sua associação à saúde e seu aproveitamento biológico.

Em setembro de 2006, foi sancionada a Lei Nº 11.346 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) - relacionada diretamente ao progresso na promoção, preservação e exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA e da própria SAN. A elaboração dessa lei teve como referências diretrizes o direito humano à alimentação e a soberania alimentar, observando que, em agosto de 2010, foi aprovado o decreto que determina o acompanhamento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), bem como os critérios para a concepção do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2010).

A soberania alimentar é o direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, o que coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, além de defender os interesses e incluir as futuras gerações (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007).

A partir da instituição da LOSAN e do consequente estabelecimento de um Sistema de Segurança Alimentar, o Brasil movimentou-se em razão da luta contra a fome. É possível afirmar, portanto, que a LOSAN assegura a atuação da sociedade nas definições estabelecidas junto ao governo, beneficia a gestão de vários programas estabelecidos de acordo com as propostas do programa “Fome Zero”, fortalece o acordo com os departamentos responsáveis por efetivar estes programas, e estabelece a promoção de uma Política Nacional e um Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. A publicação da LOSAN foi um marco e uma referência jurídica, com o propósito de extinguir qualquer ambiguidade referente ao tema, assim como de fixar a responsabilidade do poder público em conjunto com a sociedade civil no que se refere

ao entendimento e controle da LOSAN. Além disso, deu origem, em 2010, à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (BRASIL, 2010).

No que tange aos Direitos Humanos no Brasil, o Estado brasileiro tem a responsabilidade de proporcionar a preservação de direitos e liberdades, promovendo o amparo de medidas contínuas de natureza nacional e internacional, a fim de garantir sua efetivação. E os cidadãos detentores desses direitos, por sua vez, devem apropriar-se de informações e conhecimentos sobre eles e sobre as formas de reivindicá-los (BRASIL, 2010.)

Entre os aspectos contidos na Declaração dos Direitos Humanos, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) engloba o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), ratificado pelo Brasil no artigo 11º do Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992. Nesse documento constam orientações específicas no sentido de que o Estado precisa adotar medidas de forma gradativa para amenizar a fome, independentemente do fato de ocorrerem ou não situações de desastres naturais, assim como há orientações para extinguir a concepção de que o DHAA se assemelha a um pacote que contenha o mínimo de calorias, proteínas ou nutrientes. Vale ressaltar, ainda, que o DHAA estabelece três papéis essenciais a serem conduzidos pelo Estado, sendo eles: respeitar, proteger e implementar o DHAA.

Segundo Piovesan e Conti (2007), o Estado deve oferecer a todas as pessoas o acesso a uma alimentação apropriada e, nessa perspectiva, deve implementar políticas e destinar recursos de forma que não ocorra impedimento para tanto. São também deveres do Estado: fazer com que empresas ou pessoas comuns não impeçam nenhum indivíduo de ter uma alimentação adequada; promover e facilitar o acesso de todos a essa alimentação; comprometer-se de forma proativa junto às atividades de fortalecimento da população e para a devida utilização dos recursos disponíveis; assegurar o sustento das políticas de pleno acesso à alimentação e à segurança alimentar.

Reforçando as considerações de Piovesan e Conti, Valente (2002) afirma que a efetivação do DHAA deve contar não somente com as obrigações próprias do Estado, mas também envolver toda a sociedade. Nesse sentido, o Estado precisa conduzir ações fomentadoras, tais como:

Acesso físico e econômico a uma alimentação saudável e diversificada de forma sustentável; b) condições que propiciem um cuidado adequado na escolha, preparação e ministração da alimentação (higiene, preparação

de alimentos, creche, etc.); c) condições de vida que promovam a saúde e d) atenção integral à saúde (VALENTE, 2003, p.55).

Além disso, em consonância com as análises dos acima citados, os Estados membros da federação Brasileira deveriam assumir responsabilidades com o intuito de fomentar políticas de proteção e autossuficiência no tocante à capacidade de alimentação de pessoas e famílias que eventualmente passem por acontecimentos emergenciais ocasionados por conjunturas estruturais e que, por isso, não possuam meios de assegurar para si a alimentação.

A alimentação, que é primordial para atender uma das necessidades fundamentais do ser humano, continuamente é tema de atenção individual e coletiva (ABRANDH, 2013, p.27). O Direito à Alimentação, como direito fundamental expresso, foi inserido há relativamente pouco tempo na CR/88 através da Emenda Constitucional 64/2010, que inseriu entre os seus direitos sociais a alimentação. Dessa forma, o artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil passou a apresentar a seguinte redação:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 064/2010)

Diante do exposto, entender o DHAA como um direito social dentro do contexto da SAN e quais as intervenções que estão sendo realizadas pelo Estado Brasileiro para que garanta à PSR este direito é essencial para a manter a integridade e dignidade humanas, considerando que uma alimentação apropriada é aquela que contribui para a concepção de pessoas saudáveis, conscientes de seus direitos e deveres, e que são tidas como cidadãos do Brasil e do mundo.

2.4 População em situação de rua: breve resgate dos aspectos históricos

O cenário de desigualdades presente na sociedade faz com que grandes grupos populacionais enfrentem condições instáveis de vida. Ao longo dos séculos, é notável o surgimento cada vez maior de pessoas que passaram a morar nas ruas ao mesmo tempo em que ocorreram grandes mudanças e transformações na sociedade e no sistema capitalista.

Independentemente das diferentes razões que levaram as pessoas a fazerem das ruas seu local de moradia e meio de subsistência, trata-se de uma condição histórica presente não somente no contexto contemporâneo (JUSTO, 2008).

No Brasil do século XIX, com a revogação do regime escravista, algumas narrativas declaram que houve um aumento do número de pessoas pobres nos espaços urbanos à procura de emprego e de moradia. Desse modo, velhos escravos, moradores vindos de outras localidades - especificamente do interior do país - e brancos pobres integravam a massa de indivíduos que vagavam pelos centros das cidades. Com efeito, “[...] uma série de trabalhadores pauperizados e expropriados e a eles juntam-se os imigrantes europeus. Estes se enquadram nas mais diversas atividades para garantirem a sobrevivência” (JUSTO, 2008, p.11-12).

A época da abolição da escravatura no Brasil e do início do regime republicano foi marcada por um crescente número de pessoas em condições miseráveis de vida e que precisavam sobreviver em diferentes espaços da cidade. Diante desse contexto, Marins (2001) afirma que as pessoas, por não possuírem alternativas, buscavam os espaços públicos como meio de subsistência e eram vistas como indivíduos atrasados, inferiores e pestilentos que acabavam sendo constrangidos e perseguidos por ocuparem ruas e calçadas. Eram pessoas que acabaram encontrando a solução para a falta de moradia na edificação de habitações, na maioria das vezes, sob a forma de cortiços, pois não havia recursos e materiais de construção adequados. Tais edificações eram levantadas em cima de palafitas e mocambos, o que apenas vinha a confirmar a real condição de pobreza, miséria, penúria e escassez enfrentadas pelas pessoas nessa condição. E como se não bastasse a condição de vida miserável, esses locais eram apontados como insalubres e pulverizadores de diferentes pestes e doenças que devastavam a população das capitais.

Nesse mesmo período, essa população já sofria com a estigmatização ao ser conhecida como classe subalterna que vivia em meio à vagabundagem - conduta considerada por lei como crime comum a ser punido de forma violenta pelo Estado. A punição por vagabundagem era o que se julgava a solução para dispersar a presença dos que perambulavam pelas ruas e centros das cidades, entre eles os “menores vadios”, as prostitutas e os mendigos, sendo todos alvo da atuação do Estado que tinha como objetivo, “limpar a sujeira” ao retirá-los do ambiente da rua. E isso é retratado por Justo (2008) ao afirmar que:

[...] junto com os loucos que vagavam pelas ruas, toda uma ‘escória’ formada por ladrões, prostitutas, bêbados, mendigos etc., constituintes das

'classes perigosas', deram trabalho para os profissionais que atuavam no tratamento dos sujeitos considerados como loucos. Estes profissionais tinham entre seus objetivos imediatos a moralização do espaço público (JUSTO, 2008, p.12).

Giorgetti (2006), por sua vez, afirma que a presença e a existência de indivíduos que utilizam espaços públicos, ruas, praças e calçadas como moradia nas principais cidades do mundo é uma marca global das relações de desigualdade social propiciadas pelo sistema capitalista.

Estudos de caráter comparativo em relação a PSR, como Brasil e França ou Brasil e Canadá, foram desenvolvidos e demonstraram que:

[...] a pobreza tem um importante papel na homogeneização de certos contextos em escala mundial, tornando possíveis as comparações internacionais, sendo observáveis em países do Primeiro Mundo, onde as questões sociais pareciam elucidadas pelo menos para a grande maioria da população (GIORGETTI, 2006, p.22).

Desta forma, não se discursa a respeito de um acontecimento localizado e único, embora haja a percepção de mudanças quanto ao cuidado junto à PSR em alguns países. Essa questão é tratada como resultado de um contexto global de acesso desigual a bens que propiciem a esses sujeitos uma vida digna e com condições mínimas de subsistência.

De acordo com o estudo de Snow e Anderson (1998), diante da banalização e vulgarização do ser humano em todas as regiões do mundo e do descaso em relação à sua real situação de vida, o percurso dos indivíduos que moram nas ruas é omitido e, nesse contexto, são omitidos também aqueles contratemplos em relação à sua situação financeira e as suas relações sociais, profissionais e familiares. A quebra de vínculos enfraquece e prejudica as condições de vida desses indivíduos, impedindo-os de serem reintegrados à sociedade e mantendo-os como marginalizados, estigmatizados e merecedores da rua por sua atual condição de vida.

Ainda segundo os supracitados autores, a condição de pessoas morando nas ruas não é um fenômeno atual. Há registros do aparecimento de estrangeiros vagando pelas ruas das grandes cidades e por centros movimentados desde a Idade Antiga (a exemplo da cidade de Roma) e durante a era pré-industrial, com a presença de mendigos, de pessoas que pediam esmola e viviam mediante a ajuda alheia. Sendo assim:

[...] não há certeza sobre como exatamente essas pessoas conseguiram sobreviver. A mendicância era um meio comum de subsistência e se combinava, às vezes, com roubo e prostituição, mas “muito do seu tempo parecia ter sido gasto perambulando, à espera para se envolver no que quer que estivesse acontecendo (SOLPERG, 1960 apud SNOW; ANDERSON, 1998, p.29).

Em um cenário de total falta de apoio estrutural aos excluídos e marginalizados, era certa a presença nas ruas e espaços públicos de pessoas idosas e crianças abandonadas e desprovidas de vínculos familiares que abordavam os transeuntes a fim de obter algum tipo de ajuda para o próprio sustento diário. O número de pessoas em idade adulta perambulando pelas ruas era crescente a cada dia e sua sobrevivência e sustento dependiam da misericórdia das esmolas recebidas, dos ‘bicos’ ou mesmo da prática de roubos (SNOW; ANDERSON, 1998).

Giorgetti, abordando um estudo sobre moradia de rua e analisando o cenário envolvendo o Brasil e a França, destaca a existência de uma homogeneização quanto ao principal tópico relacionado à presença de pessoas nas ruas nesses países, qual seja, “[...] trata-se de indivíduos sem uma habitação e que satisfazem tal necessidade, seja procurando uma instituição social, seja se apropriando e transformando o espaço público em moradia” (GIORGETTI, 2006, p.24). Por isso, é possível perceber uma caracterização daquele que é visto como morador de rua, independente do contexto social de cada país, o que pode também ser observado nas explicações do item que se segue.

2.4.1 PSR: conceito e caracterização

As especificações sobre a expressão “População em Situação de Rua” (PSR) são heterogêneas, principalmente se conferidas em diferentes realidades internacionais (ADORNO; VARANDA, 2004).

Diante disso, alguns estudos procuram demonstrar o que existe por trás da realidade de um morador de rua e de sua trajetória de vida, buscando respostas que auxiliem na tentativa de resolver ou até mesmo de encontrar os fatores que resultam nessa atual condição de vida de inúmeras pessoas. Estes estudos procuram, antes de tudo, a definição de quem é o sujeito tido como morador de rua por meio de uma explicação a respeito de suas características e de uma

identificação em meio à sociedade em que vivemos. E, frequentemente, as muitas denominações utilizadas como referência a esse grupo social podem ser vislumbradas da seguinte maneira: trata-se de um “[...] grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal” (COSTA, 2005, p.3).

Um outro estudo sobre o termo utilizado para definir esse grupo social baseia-se em um comparativo a respeito da condição de moradia de rua da França e do Brasil. Nessa investigação, percebe-se que a situação em torno dos sujeitos migrantes, imigrantes ou nascidos em uma metrópole - após vivenciarem momentos de separação e afastamento de suas relações de trabalho, familiar e social, muitas vezes por falta de meios e subsídios para mantê-las - é a de que não conseguem restabelecer seus meios de subsistência e prover o próprio bem-estar (GIORGETTI, 2006, p.25). Do mesmo modo, em um pensamento comum sobre a PSR, declara-se que esta é “[...] um segmento social que, sem trabalho e sem casa, utiliza a rua como espaço de sobrevivência e moradia” (VIEIRA, BEZERRA e ROSA, 1992, p.47).

A PSR é apresentada como um acontecimento que se naturaliza por ser “uma expressão radical da questão social” (SILVA, 2009, p.26). Assim, segundo a autora, existem seis particularidades que envolvem o sujeito no contexto da PSR. Essas particularidades estão interligadas às desigualdades sociais e podem facilitar o reconhecimento desse sujeito através de fatores, a princípio: estruturais, biográficos ou relacionados a desastres naturais.

Em seguida, tem-se a particularidade relacionada à própria questão social. Já a terceira questão diz respeito à concentração da PSR nos centros urbanos das grandes cidades, tornando esses locais convenientes para a obtenção de meios para assegurar a sua subsistência diária, o que ocorreria de forma diferente se fosse o cenário das pequenas cidades.

Como um quarto fator, é possível vislumbrar a questão do preconceito que a PSR sofre por parte da sociedade. São estigmas negativos como as históricas denominações pejorativas que são designadas à PSR, além da frequente intolerância com a qual é tratada. Um quinto fator colabora para determinar a PSR junto a determinada sociedade, qual seja, sua expressão particular enquanto fenômeno no local onde acontece, pois ainda que se trate de um fenômeno mundial, cada país é dotado de particularidades e de um perfil socioeconômico que irá dispor sobre os modelos de sobrevivência adotados pela PSR, podendo, inclusive, ditar se esse modelo irá intervir no tempo de permanência dessa população nesses locais. Por fim, a sexta particularidade seria a tendência à naturalização desse acontecimento diante da falta de políticas

sociais efetivas que reduzam a pobreza e assegurem a melhoria de condições para a PSR (SILVA, 2009, p.105-122).

A definição do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para se referir à PSR é a de um grupo populacional heterogêneo, formado por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades elaboradas nas ruas, cujos vínculos familiares foram interrompidos ou fragilizados e que não têm referência de moradia regular. É importante observar também que, no Brasil, essa definição não considera apenas o sujeito com a ausência de moradia regular, como outros países tendem a considerar como morador de rua somente aquele com ausência de moradia regular (BRASIL, 2008).

Revalidando a nomenclatura utilizada no Brasil, Frangella (2009) identifica neste grupo populacional a heterogeneidade e retrata um aspecto contemporâneo das classes denominadas *homeless* - ou em situação de rua - que desempenham a função de passar uma impressão política com aspectos menos excludentes e mais homogeneizadores no momento em que agregam ao conceito de PSR os sujeitos na condição de andarilho - indivíduo que se desloca continuamente; os mendigos - na qualidade de loucos da rua; e, ainda, os sujeitos sem emprego que vivem momentaneamente nas ruas e que habitualmente frequentam albergues e abrigos públicos (FRANGELLA 2009).

Já Castel (1997) usa a nomenclatura “desfiliação” para designar o processo pelo qual as pessoas adotam as ruas para meio de subsistência e moradia. Além dele e de outros autores que adotam conceitos específicos para os indivíduos que fazem parte da PSR, existem muitos estudos socioetnográficos institucionais considerando bases municipais (BRASIL, 2006) e nacionais (BRASIL, 2009).

Diante das diferentes nomenclaturas utilizadas para a PSR, entende-se que há uma situação comum e frequente perante a trajetória de vida desse grupo populacional que acaba sempre por experimentar um processo de exclusão social, processo este que pode ser entendido, de acordo com os argumentos de Escorel (1999), como um:

[...] processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição de animal “laborans”, com o único propósito de preservar a raça humana, ou seja, sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados de exercício pleno das potencialidades da condição humana. (ESCOREL, 1999, p. 18).

A PSR é, assim, revelada pela pobreza e pela falta das condições dignas de vida, podendo a situação de moradia nas ruas demonstrar, em especial, uma forma de sobrevivência desses excluídos sociais.

Em uma análise sobre a sociedade pós-moderna, Bauman (1998) aponta uma forte presença de diferenças e desigualdades sociais nas quais aqueles que possuem renda e podem consumir são considerados cidadãos, enquanto os que não possuem recursos para o consumo são excluídos, valendo-se o filósofo do termo jogadores para se referir a esses sujeitos. Assim, são apontados os jogadores que fazem parte do jogo imposto pela sociedade capitalista e classificados como: aspirantes, aqueles capacitados para participar e fazer parte do jogo; incapacitados, aqueles que não têm permissão para jogar, pois não têm acesso à moeda legal, portanto não possuem condições de manter-se efetivamente no jogo e são excluídos. Para estes, resta apenas lançar mão dos recursos eventualmente disponíveis, legalmente declarados ou não, ou escolher a opção de abandonar definitivamente o jogo estabelecido, deixando de relacionar-se com a forma comum de vida da sociedade.

No tocante à sociedade salarial, a análise de Castel (2005) menciona a existência de grande número de desempregados nos centros urbanos, razão pela qual não são vistos como parte da sociedade e “[...] não atuam diretamente sobre nenhum setor nevrálgico da vida social” (CASTEL, 2005, p.25).

Acompanhando o pensamento de Castel e guardadas as diferenças entre a realidade do Brasil e da França, uma vez que em nosso país tropical não se efetivou a sociedade salarial¹, tampouco houve o pleno emprego, pode-se entender que os indivíduos adultos que perambulam pelas ruas - desprovidos de trabalho e sem nenhum tipo de proteção do Estado - estão excluídos das condições básicas para a sobrevivência e interação com o restante da sociedade, sendo considerados ‘inaptos’ para o trabalho e vítimas de permanente sofrimento pela estigmatização. Desse modo, são vistos como:

[...] indivíduos mal afamados: caymands (isto é, aqueles que mendigam sem motivo; tratava-se da versão pejorativa do mendigo válido), velhacos, biltres, (mendigos simulando enfermidades), ociosos, luxuriosos, rufiões, tratantes, imprestáveis, indolentes [...] (CASTEL, 2005, p.120).

Diante dessa realidade, são comuns entre as pessoas que usam as ruas e espaços públicos como moradia o término de suas relações sociais e a quebra de vínculos com os seus principais e mais importantes elos – o círculo de trabalho e o círculo familiar. Como consequência, os

sujeitos que se encontram nessa situação acabam abrigados nas ruas e espaços públicos e reafirmam sua “falta de referência” (SNOW; ANDERSON, 1998).

Geralmente, os espaços com maior fluxo e movimentação de pessoas são os mais procurados e frequentados pela PSR, pois nestes encontram uma maior possibilidade em conseguir esmola ou alguma ajuda para sua subsistência. Trata-se de um fenômeno, como afirmado anteriormente, que não é exclusivo da sociedade contemporânea, mas sim resultado da falta de recursos mínimos para uma vida com dignidade. Tal situação é assim relatada por Castel:

Realmente, saber que a maioria dos indivíduos rotulados de mendigos ou de vagabundos era, de fato, formada por pobres coitados levados a tal situação pela miséria e pelo isolamento social, pela falta de trabalho e pela ausência de suportes relacionais, não podia desembocar em nenhuma política concreta no quadro das sociedades pré-industriais (CASTEL, 2005, p.139).

Esses sujeitos, de acordo com o pensamento de Snow e Anderson (1998), sempre foram privados de qualquer mobilização em prol de melhorias para a sua condição de vida, nem por parte da sociedade nem pelo Estado, pois eram considerados como indivíduos desprovidos de “[...] papéis consensualmente definidos de utilidade social e valor moral” (SNOW; ANDERSON, 1998, p.28).

Bastos (2003), por sua vez, afirma serem esses os elementos que estabelecem as particularidades comuns do grupo e que marcam a identidade dessa população, sendo necessário reconhecê-la também como participante de uma realidade complicada e heterogênea.

Esse fenômeno pode ser explanado pela presença da diversidade destes grupos que são identificados de diferentes modos e conhecidos como trecheiros, moradores de rua, dos viadutos e dos espaços públicos, como catadores de materiais recicláveis e sujeitos que possuem uma condição de sofrimento e desordem mental.

Os trecheiros são aqueles considerados como nômades, pois não estabelecem suas moradias em um único lugar e vivem andando em diferentes lugares, de cidade em cidade, tendo como característica o fato de não estabelecerem vínculos em nenhum local por onde passam.

O antropólogo Brognali (1996) cita que o termo trecheiro assinalava os sujeitos que percorriam as ruas e estradas em diferentes cidades e estados do país. E assim, seguiam “o trecho” deixando para trás vínculos e elos estabelecidos com entes familiares, trabalho, comunidade e a própria moradia. Em relação à vida nômade, característica atribuída aos trecheiros, destaca-se também outro termo - “pardal”, que significa sem local fixo para morar e viver ou mesmo aqueles que viajam rotineiramente pegando carona ou com passagens de transporte gratuito nas diferentes cidades por onde passam.

Segundo Bastos (2003), a partir da experiência na Pastoral, os indivíduos considerados moradores de rua ou PSR optam por viver nas ruas e quando necessário buscam albergues e abrigos para utilização dos serviços oferecidos em tais estabelecimentos.

No entanto, na maioria das vezes, não buscam esses locais por questões disciplinares institucionais como, por exemplo, por não estarem em estado de sobriedade, tampouco sob efeito de drogas ou por não se disporem a seguir a rotina de horários pré-definidos. Ainda segundo o autor, o sujeito tido como morador de rua é aquele que vaga de noite e de dia nas ruas das cidades, repousando, em geral, à beira de calçadas, embaixo de marquises, junto às portas de comércios e demais espaços públicos, até serem obrigados a se retirar desses locais por força policial ou até mesmo por maus-tratos cometidos por outras pessoas da sociedade que não admitem sua presença.

No entanto, na maioria das vezes, não buscam esses locais por questões disciplinares institucionais como, por exemplo, por não estarem em estado de sobriedade, tampouco sob efeito de drogas ou por não se disporem a seguir a rotina de horários pré-definidos. Ainda segundo o autor, o sujeito tido como morador de rua é aquele que vaga de noite e de dia nas ruas das cidades, repousando, em geral, à beira de calçadas, embaixo de marquises, junto às portas de comércios e demais espaços públicos, até serem obrigados a se retirar desses locais por força policial ou até mesmo por maus-tratos cometidos por outras pessoas da sociedade que não admitem sua presença.

¹ Sociedade salarial é caracterizada como “uma sociedade na qual o regime de salariado se generalizou e na qual a condição de trabalhador assalariado deixou de ser sinônimo de “pauperismo” (como fora até o século XIX francês), para representar a própria possibilidade de integração dos indivíduos à vida social” (BRANDÃO, 2002, p. 143)

No entanto, na maioria das vezes, não buscam esses locais por questões disciplinares institucionais como, por exemplo, por não estarem em estado de sobriedade, tampouco sob efeito de drogas ou por não se disporem a seguir a rotina de horários pré-definidos. Ainda segundo o autor, o sujeito tido como morador de rua é aquele que vaga de noite e de dia nas ruas das cidades, repousando, em geral, à beira de calçadas, embaixo de marquises, junto às portas de comércios e demais espaços públicos, até serem obrigados a se retirar desses locais por força policial ou até mesmo por maus-tratos cometidos por outras pessoas da sociedade que não admitem sua presença.

Snow e Anderson (1998) dispõem que a PSR, de forma geral, é desprovida de bens materiais ou econômicos e que alguns deles ressentem-se também de relações afetivas. Nesse sentido, afirmam os autores que a moradia de rua é o resultado de uma transformação na estrutura das relações sociais desses indivíduos, relações estas que perderam as forças e romperam-se (SNOW e ANDERSON, 1998, p.25).

Sobre as estimativas a respeito da PSR especificamente no Brasil, percebe-se que não há uma estimativa oficial, nem censo demográfico decenal ou sequer contagens populacionais regulares capazes de abranger e alcançar os moradores de rua, tampouco pesquisar sobre o número total da população sem domicílio estabelecido. Essa escassez de informações, no entanto, pode ser justificada em virtude da dificuldade operacional para realizar uma pesquisa de campo com pessoas sem moradia fixa.

Em 2007/2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizou um censo para a PSR com o intuito de levantar dados e informações a seu respeito e conhecer suas particularidades. A contagem foi realizada considerando indivíduos acima de 18 anos completos e contemplou 71 municípios com mais de 300 mil habitantes, sendo 23 capitais, com exceção dos municípios de São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Brasília que já dispunham de pesquisa própria e similar realizada pelo Governo Federal. Embora de forma autônoma, o levantamento coletado por estes municípios foi reconhecido (BRASIL, 2009).

A pesquisa atingiu um total de 31.922 pessoas que viviam no contexto de rua. Por meio dos dados alcançados, foi possível verificar que o perfil sociodemográfico e econômico da PSR era composto, em sua maioria, por homens (82%) com idade entre 25 e 44 anos (53%), sendo 69% dos sujeitos intitulados como afrodescendentes

(29,5% pretos e 39,1% pardos), observando que 52,6% ganhavam entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 por semana. Em relação ao nível de escolaridade, 74% dos entrevistados afirmavam ter conhecimento em leitura e escrita; 17,1% diziam não saber escrever e 8,3% diziam saber apenas fazer a assinatura do próprio nome. Identificou-se que 48,4% não finalizaram o ensino do primeiro grau e 17,8% não tinham lembranças em relação a seu nível de escolaridade ou até mesmo não souberam responder. E, por fim, somente 3,2% terminaram o ensino médio (BRASIL, 2009).

Cabe ressaltar que, na questão das estimativas oficiais a respeito da PSR, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento em parceria com o Comitê Intersetorial da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Ciamp-Rua) estabeleceu via Decreto 7.053/2009 (RICARDO, 2013) que o IBGE incluísse a PSR no censo a ser realizado em 2020. Dessa forma, em atendimento ao decreto, o IBGE elaborou uma pré-avaliação no município do Rio de Janeiro em 2014 como uma fase preliminar (IBGE, 2014). Essa pré-avaliação, no entanto, serviu para apontar várias dificuldades na incorporação da PSR ao censo de 2020, uma vez que o principal entrave constatado pelo IBGE foi a necessidade de metodologias de amostragem, de logística de campo e de abordagem das populações sem domicílio fixo que fossem distintas do modelo frequentemente utilizado pelo IBGE.

Diante da falta de levantamento de dados a respeito da PSR, vale destacar que a cidade de São Paulo, por meio da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), realizou um Censo em relação ao crescimento da PSR no município, estimando-se que este grupo social tenha crescido em torno de 2,56% ao ano, considerando o período de 2009 a 2015 (FIPE, 2015).

Em conformidade com os dados levantados junto ao Censo realizado em São Paulo, é evidente que ocorreu aumento da PSR ao longo dos últimos anos. Para Silva (2006), o aumento é comum e pode ser justificado a partir dos fatores relacionados a questões estruturais, como a falta de habitação, desemprego e renda, mudanças em relação à economia e mudanças institucionais com muitos resultados negativos na esfera social; fatores referentes à história de vida de cada indivíduo que muitas vezes envolve o alcoolismo, a drogadição, o rompimento com vínculos afetivos e familiares, quebra da rede de sociabilidade desses sujeitos, as doenças mentais; além dos desastres de ordem natural como enchentes.

2.4.2 Políticas públicas para PSR no Brasil

Damergian (2011), ao refletir no campo da psicologia social sobre os fatores e as questões ligadas à desigualdade social, analisa que a condição vivida pela PSR está relacionada a uma violência social, pois esses indivíduos não são devidamente amparados pelas políticas públicas e são privados dos direitos básicos para sua sobrevivência, dentre eles a moradia digna. Nesse ponto, a falta de moradia é um dos fatores que contribui pela busca nas ruas e espaços públicos de algum local para viver, algum espaço onde, no entanto, não há nenhum suporte social, mas sim uma violência social acompanhada de violências psicológica, psíquica e moral.

Ainda de acordo com o pensamento da autora, no que tange à sociedade contemporânea, a preocupação em relação a uma violência que extermina, mutila e extorpe faz com que seja ofuscada a violência social, psíquica e afetiva, responsável por extinguir o presente e roubar a esperança de futuro para milhões de pessoas. Tudo isso reflete uma sociedade que presencia a existência de diversos fatores negativos que podem interferir diretamente na vida dos indivíduos.

A Igreja Católica, ao retratar as atenções dirigidas à PSR no Brasil entre os anos de 1970 e 1980, juntamente à Pastoral do Povo da Rua, deu início às ações organizacionais para esse segmento. Tais ações ganharam notoriedade nos municípios de São Paulo e Belo Horizonte e seus projetos, criados inicialmente com o caráter religioso, foram ampliados e fundaram casas de assistência que motivaram a criação de vários movimentos populares como, por exemplo, os trabalhos voltados para os catadores de materiais recicláveis, seja através de eventos sociais para estes sujeitos, seja abrangendo os locais de coleta destes materiais (BASTOS, 2003).

Dessa forma, nos anos 90, alicerçados pelas grandes mobilizações em prol da PSR e em razão dos diversos ataques que essa população vinha sofrendo, junto da falta de políticas públicas que lhes dessem amparo, foram criadas iniciativas para amenizar sua condição de vulnerabilidade. Essas iniciativas foram estabelecidas em parceria com a Igreja Católica e, a partir delas, alguns municípios elaboraram estratégias para abordagem e identificação das demandas para PSR. Em 1993, o município de Belo Horizonte, por exemplo, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, assumiu o Programa social desenvolvido para a PSR e fomentou a idealização de um Fórum a respeito do tema (BELO HORIZONTE, 1998). Era uma iniciativa com o papel de integrar diversos segmentos sociais e com a responsabilidade de discutir e implementar políticas públicas capazes de modificar a realidade de exclusão que se estabelecia para a PSR.

Dentre os objetivos estabelecidos pelas iniciativas desse Fórum, destaca-se a caracterização da PSR, pois através do levantamento de dados para conhecer a realidade e as particularidades desse grupo, seria possível regulamentar a implantação dos programas de apoio e também de capacitar e formar, de modo eficaz e assertivo, os agentes comunitários e assistentes sociais no desenvolvimento de suas atividades e em suas abordagens junto à PSR (BELO HORIZONTE, 1998).

Frente a tantos acontecimentos e com o intuito de fortalecer e dar notoriedade a esses movimentos, em 2005 foi criado o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), com o apoio do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Assim, a PSR passou a ser representada politicamente, obteve destaque perante o Governo e, finalmente, recebeu a devida atenção e importância, passando a ser vista, desde então, como uma questão social que afeta a todos (COSTA, 2007; FERRO, 2012).

Após o Primeiro Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, teve início o processo de elaboração de uma Política Nacional para esse seguimento, fato que colaborou diretamente para a criação dos textos referentes à Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e introduziu o suporte capacitado para a PSR.

Desde o Primeiro Encontro Nacional, a PSR passou a ter maior notoriedade. Com isso, foram implementadas ações prioritárias para a realização de estudos que conseguiram quantificar e possibilitar sua caracterização socioeconômica (Brasil, 2008), de modo a nortear a elaboração e a implementação de políticas públicas direcionadas ao grupo. E, ainda, entre os anos de 2007 e 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) realizou a Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua.

Diante dessa realidade, em 2009, o então Presidente da República - Luiz Inácio Lula da Silva - assinou o Decreto nº 7.053 / 2009 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR). A assinatura do documento almejou estabelecer e definir as particularidades existentes nesse grupo.

As considerações do Decreto foram definidas em conformidade aos princípios e respeitando as diretrizes e o objetivos específicos da política nacional:

DECRETO Nº 7.053, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a ser implementada de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Art. 2º A Política Nacional para a População em Situação de Rua será implementada de forma descentralizada e articulada entre a União e os demais entes federativos que a ela aderirem por meio de instrumento próprio.

Parágrafo único. O instrumento de adesão definirá as atribuições e as responsabilidades a serem compartilhadas.

Art. 3º Os entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão instituir comitês gestores intersetoriais, integrados por representantes das áreas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, com a participação de fóruns, movimentos e entidades representativas desse segmento da população.

A PNPR (BRASIL, 2009), desse modo, defende a igualdade, a equidade, o respeito à dignidade do ser humano, o direito ao contato familiar e com a comunidade, o direito ao reconhecimento, à valorização e o respeito à vida e à cidadania, à assistência humanizada, o respeito às conjunturas sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, opção sexual e religiosa, com um cuidado específico às pessoas com deficiência.

Diante desse cenário, foram constituídos pela Política Nacional de Atenção Básica - PNAB/Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 - os Consultórios na Rua (CNAR). Estes definem os procedimentos para a atenção básica como um conjunto de ações na área da saúde, no contexto coletivo e individual, que englobem a melhoria da saúde, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação com o objetivo de desenvolver e fortalecer uma atenção integral que promova impacto na situação de saúde e na autonomia das pessoas (BRASIL, 2012)

Os CNAR atuam diante das mais complexas necessidades de saúde da população em comento. Formam os elementos de atenção básica da Rede de Atenção Psicossocial e precisam seguir as orientações e bases estabelecidas pela PNAB, devendo, pois, atuar com grande esforço na busca de usuários de álcool, crack e outras drogas.

As equipes que compõem os CNAR são multiprofissionais, com formações nas áreas de enfermagem, psicologia, assistência social, terapia ocupacional, medicina, agente social, técnico ou auxiliar de enfermagem e técnico em saúde bucal. Pelo fato de contarem com diferentes profissionais, podem realizar uma atenção completa à saúde da PSR que é atendida no próprio local onde se encontra. Além disso, os trabalhos prestados são realizados de maneira itinerante possibilitando, assim, atuações de forma conjunta e integrada às Unidades Básicas de Saúde (UBS) (BRASIL, 2012).

Vale ressaltar que os CNAR lidam com as mais complexas necessidades e diferentes problemas relacionados à saúde da PSR e que suas ações são realizadas em conjunto com equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e dos serviços de Urgência e Emergência, conforme a necessidade do paciente a ser atendido.

Entretanto, a PNPR e outros programas direcionados para a assistência à PSR não alcançam com eficiência este grupo definido por sua condição de pobreza extrema e que deveria, de fato, receber os benefícios oferecidos por estes programas, apesar de empregarem seus esforços, na maioria das vezes, com a intenção de ao menos contribuir para minimizar a situação de miséria, mesmo que não venham a contemplar uma real modificação na condição das desigualdades sociais (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, Silva (2006) afirma que existe falta de interesse por parte do Estado e inexistência de políticas públicas que busquem enfrentar e criar meios para diminuir essa realidade considerando as particularidades desse grupo:

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau da dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (SILVA, 2006, p. 95).

Ainda para SILVA (2006), as condições ora mencionadas ferem diretamente a CR/88 que, em seu Artigo 5º, estabelece que todos os cidadãos brasileiros são iguais perante a lei, sendo a eles assegurada a inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade à segurança e a propriedade.

Em relação à ineficácia da PNPR, é possível compreender a PSR na perspectiva de uma “cidadania invertida” (FLEURY, 1994, p. 108-109), precisamente por tratar-se de um segmento fora do mercado formal de trabalho e, portanto, sem as devidas proteções sociais.

No que tange à SAN, é importante destacar as estratégias atuais e que já são efetivas junto a populações que, assim como a PSR, enfrentam condições de extrema vulnerabilidade e sem o devido acesso a seus direitos constituídos em lei. Em relação à PNPR, há a previsão de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN), tais como Restaurantes Populares (RP) e Cozinhas Comunitárias (CC) – ambos pertencentes à Rede Operacional do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) – e como o Bancos de Alimentos (BA).

O modelo de restaurantes com estruturas de RP foi estabelecido de forma pioneira no estado de São Paulo pelo Decreto nº 45.547, de 26 de dezembro de 2000, incorporado ao Programa Estadual de Alimentação e Nutrição para populações carentes e com escassez de alimentos, pretendendo disponibilizar a essa população uma alimentação de qualidade. Esse decreto passou por algumas modificações em 2016, sendo que atualmente os RP encontram-se subordinados à Secretaria do Desenvolvimento Social e respondem pela própria administração, assim como são constituídos por essa mesma instituição ou em conjunto com outras organizações da sociedade civil que podem ter a colaboração ou não do município onde a unidade do RP será instalada.

No estado de São Paulo, os RP são conhecidos como "Bom Prato" e hoje em dia já somam cinquenta e duas unidades espalhadas por todo o Estado, sendo vinte e duas unidades na capital, nove unidades na Grande São Paulo, seis unidades no litoral e quinze unidades localizadas nas cidades do interior. Em conjunto, esses RP oferecem mais de 85 mil refeições por dia, dentre elas o café da manhã que é elaborado com ingredientes compostos por café com leite ou leite com achocolatado ou bebida láctea, uma fruta, pão com margarina, frios ou requeijão. Nas refeições do almoço, são ofertados pratos compostos por arroz e feijão, carne, legumes, verduras farinha de mandioca, refresco, pão francês e sobremesa, que pode ser uma fruta ou doce (BRASIL, 2000; BRASIL, 2016).

Em relação as CC, essas unidades mantêm a mesma concepção e diretrizes contidas nos RP, uma vez que fazem parte da Rede Operacional do SISAN. As CC ofertam uma quantidade menor de refeições, sendo ao menos 200 por dia. Na proposta para instalação dessas unidades, elas devem atender as regiões da periferia e por isso devem ser instaladas nessas localidades, pois é onde se encontra um maior número de pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade alimentar e nutricional, assim como grupos expostos à condição de fome. As CC mantêm o foco nos sujeitos desempregados, trabalhadores de baixa renda, pessoas abaixo da linha de pobreza e em situações diversas de escassez e falta de alimentos.

Dessa forma, as refeições servidas nas CC são distribuídas gratuitamente e também são fontes de fomento na reinserção de pessoas ao mercado formal de trabalho, uma vez que existe a oferta de cursos de capacitação em parceria com as secretarias municipais. Essas ações são voltadas para a população carente, visando as áreas de educação e cultura, além da socialização dessas pessoas. É importante ressaltar que nas unidades das CC é obrigatória a presença de um profissional da área de nutrição, conforme determina a Resolução do Conselho Federal de Nutricionistas nº 380/2005, sendo que o MDS ainda orienta o município mantenedor de CC a oferecer também um assistente social no intuito de apoiar a gestão (Brasil, 2006).

Para a PSR, ter direito não significa necessariamente ter acesso a uma alimentação digna, pois trata-se de pessoas que vivem em uma conjuntura permanente de vulnerabilidade alimentar e social, isso sem contar com o fato de que as condições da SAN estão ligadas a um processo complexo de garantia do acesso ao alimento e a condições de vida (social, alimentar, trabalho, lazer e saúde) dignas e adequadas.

2.4.3 População em situação de rua e a cidade de São José dos Campos

Uma pesquisa referente a PSR realizada em 2016 pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), na cidade de São José dos Campos, aponta um crescimento expressivo no número de sujeitos pertencentes a essa população que à época equivalia a 0,050% da população total da cidade, o que corresponderia a um montante de 355 indivíduos. Nesse universo, encontra-se predominantemente a presença masculina (320 homens adultos), além de 35 mulheres com idade entre 31 e 50 anos, não constando, neste contexto, os menores de idade (ALVES, 2016).

Nas ações sociais direcionadas à PSR, a Prefeitura Municipal conta com a Secretaria de Apoio Social, cujo trabalho é traçado para atendimentos desde o momento da abordagem ao indivíduo no contexto da rua até seu direcionamento aos demais serviços oferecidos ao grupo como, por exemplo, o encaminhamento aos abrigos municipais.

Conforme dados obtidos no site da Prefeitura de São José dos Campos, os serviços de atendimento à PSR contam com a ajuda de uma rede de atendimento. Os trabalhos prestados estão estruturados de forma a respeitar e cuidar dos diferentes aspectos dos indivíduos que formam essa população, observando que os trabalhos para atender a demanda do município são divididos em redes e unidades distintas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DOS CAMPOS, 2018).

A infraestrutura nos serviços de acolhimento da PSR é sustentada por um total de sete abrigos que oferecem cerca de 200 vagas. A responsabilidade e supervisão desses espaços é da Secretaria de Apoio Social ao Cidadão em parceria com a Comunidade Cristã de Ação Social (COMAS). A demanda estabelecida está organizada e planejada de forma que os trabalhos sejam realizados para oferecer um acolhimento humanizado, respeitoso e seguro, buscando, dessa forma, estimular a aceitação dos serviços oferecidos junto às pessoas atendidas (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DOS CAMPOS, 2018).

A PNPS prevê a criação de Unidades de acolhimento provisório, popularmente conhecidas como albergues ou abrigos, que tenham uma estrutura de acolhimento digno e que preservem o respeito e a condição da privacidade e particularidade do indivíduo e do grupo familiar atendidos. O atendimento nesses locais é previsto para a PSR, mas também para as pessoas em migração e que não possuam residência ou para pessoas de passagem pela cidade que não tenham possibilidades nem meios para garantir sua subsistência.

Os serviços ofertados visam proporcionar cuidados necessários de higiene pessoal, alimentação, pernoite e assistência específica, tendo em vista a condição de vulnerabilidade e de saúde física e emocional desses sujeitos que, na maioria das vezes, é debilitada em razão da utilização de drogas e álcool e da própria situação geral de vida (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DOS CAMPOS, 2018).

No que tange à abordagem realizada para a PSR, a cidade de São José dos Campos conta com o Serviço Especializado em Abordagem Social, cujo objetivo é priorizar a criação de elos junto da PSR e, dessa forma, tentar identificar as diferentes situações vividas nas ruas.

A abordagem de rua é realizada e executada por 20 profissionais com formação na área da educação, que são devidamente capacitados para a realização desses trabalhos. Os profissionais são divididos em seis grupos que atuam em toda a cidade de São José dos Campos de forma ininterrupta, com maior concentração na região central da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DOS CAMPOS, 2018).

2.4.4 Centro POP – e a cidade de São José dos Campos

O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) é resultado do decreto número 7.053/2009. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social, trata-se de uma unidade pública de referência da proteção social especial e de média complexidade, elaborada de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais. Sendo assim, o Centro POP é dirigido exclusivamente para a PSR e atende jovens, adultos, idosos e famílias, com o dever de ofertar serviços especializados.

O Centro POP oferta também o Serviço Especializado em Abordagem Social desde o momento da Acolhida: escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; informação, comunicação e defesa de direitos; referência e contra referência; suporte para acesso à documentação pessoal; encaminhamento para a rede de serviços locais; articulação da rede de serviços assistenciais; articulação com outros serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; elaboração de relatórios ou prontuários (BRASIL, 2011).

Analisando o contexto que envolve o Centro POP, vale ressaltar que esse tipo de serviço só é implantado em municípios onde a demanda é justificada. Em locais onde não existe demanda, os atendimentos para a PSR são realizados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, em articulação com os Serviços de Abordagem Social e Serviços de Acolhimento. Nesses casos, o CREAS não irá substituir o trabalho realizado pelo Centro POP, mas poderá realizar o acompanhamento especializado da PSR, visando preservar seus sujeitos do agravamento da situação de risco pessoal e social, além de conjuntamente

desenvolver um trabalho que possibilite a elaboração do processo de saída das ruas (BRASIL, 2011).

O CREAS e o Centro POP são, assim, serviços vinculados à Proteção Especial e voltados ao atendimento de usuários da Política de assistência social que tiveram seus direitos violados. No Centro POP, os serviços oferecidos são avaliados conforme o planejamento prévio da gestão local, podendo também oferecer o Serviço Especializado em Abordagem Social, desde que não cause prejuízos ao desenvolvimento do Serviço Especializado para a PSR (BRASIL, 2011).

No município de São José dos Campos, o Centro POP está ligado à Secretaria de Apoio Social ao Cidadão que, por sua vez, é responsável pelos atendimentos a diferentes grupos em situação de vulnerabilidade, além do atendimento à PSR e, especificamente, às pessoas em trânsito, às que estão de passagem pela cidade – aos trecheiros ou àqueles em busca de pernoite. A mencionada Secretaria é responsável também pelos serviços para a retirada de documentação extraviada, higienização, refeição, encaminhamento para serviços médicos e outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DOS CAMPOS, 2018).

As prerrogativas para implantação do Centro POP estabelecem que a unidade deve ser instalada em um local de fácil localização e acesso. Sendo assim, em São José dos Campos, este centro está instalado na Rua Itororó, 343 - Vila Piratininga, próximo à Rodoviária Nova, o que o torna muito conhecido e facilmente encontrado pelas pessoas que necessitam ser atendidas. Seu horário de atendimento é das 8h às 17h (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DOS CAMPOS, 2018).

3 MÉTODO

A utilização de um método tem como objetivo guiar e orientar o pesquisador na condução de um projeto de pesquisa, fazendo com que ele, dessa forma, tenha êxito em seus estudos e consiga atingir resultados satisfatórios junto ao objetivo proposto.

Segundo Gil (2012), o desenvolvimento de pesquisas requer o uso de métodos que representem a veracidade dos fatos coletados, visando à segurança das informações prestadas.

Para Lakatos e Marconi (2010), o método científico é o agrupamento de estratégias racionais e específicas para validar o conhecimento almejado, observando que a pesquisa social pode ser estabelecida como um processo que consente ao pesquisador o alcance de novos entendimentos sobre a realidade social em um determinado assunto.

Sobre a pesquisa, de acordo com Silva e Menezes (2005, p. 20), trata-se de “[...] um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se têm informações para solucioná-lo”.

A metodologia científica, por sua vez, pode ser compreendida como um conjunto de processos a serem criteriosamente seguidos em busca de um maior entendimento a respeito de um determinado acontecimento e, dessa forma, trazer respostas aos objetivos propostos (SILVA; MENEZES, 2005).

3.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Foi realizado um levantamento a respeito das RS da comida para um grupo de sujeitos da PSR na cidade de São José dos Campos.

A abordagem qualitativa, no presente estudo, justifica-se devido à consideração de que existem fatos relacionados à dinâmica vivida entre a realidade e os sujeitos envolvidos, entre a objetividade do mundo e as subjetividades dos sujeitos, e estes fatos não podem ser

representados e medidos quantitativamente. Sendo assim, buscou-se analisar os fenômenos e as interpretações conferidas junto ao objeto de estudo (GIL, 1991).

Com a proposta de atingir maior familiaridade com o objeto investigado, a pesquisa exploratória é aplicada para que o pesquisador tenha maior proximidade com o universo de estudo e tenha a possibilidade de escolher técnicas mais adequadas e também possa decidir sobre as questões prioritárias da pesquisa, aumentando a chance de alcançar uma investigação completa (GIL, 2007).

3.2 População, amostra e local do estudo

O estudo foi realizado nos espaços habitados pela PSR com a participação voluntária dos sujeitos previamente convidados pela pesquisadora e informados minuciosamente a respeito dos propósitos existentes na elaboração da pesquisa. A seleção dos participantes do estudo foi realizada por acessibilidade e não por amostragem probabilística, e isso para admitir critérios de inclusão e exclusão dos sujeitos a serem entrevistados.

A respeito da inclusão e exclusão dos sujeitos, Mattar (1996) afirma que, na amostragem não probabilística, elas são permitidas quando ocorre a seleção de elementos de uma população para constituir a amostra a ser pesquisada, sendo este um fator que faz parte da análise do próprio pesquisador.

Participaram da pesquisa os sujeitos no contexto da PSR que atendiam os critérios de inclusão pré-estabelecidos, quais sejam: indivíduos acima de 18 anos que apresentassem estado de sobriedade e condições de responder às questões tratadas durante a entrevista.

Para o alcance do número de participantes suficientes ao estudo, foi utilizada a técnica de saturação. A saturação é utilizada para determinar a dimensão de uma amostra, permitindo que a coleta de novos dados e novos participantes seja interrompida. Essa condição é definida quando os dados encontrados nas entrevistas se tornam redundantes, não sendo necessário persistir na coleta de dados, ou seja, a técnica de saturação permite ao pesquisador a finalização da coleta dos dados de acordo com a amostragem adquirida (STRATUSS & CORBIN, 2008).

3.3 Instrumentos e Procedimentos de coleta

Inicialmente, foi realizado um levantamento dos locais frequentados pelos sujeitos em contexto de rua.

A partir desse levantamento, foi realizada uma abordagem na qual cada sujeito foi convidado a participar voluntariamente da pesquisa, após as explicações minuciosas da pesquisadora sobre a finalidade do estudo. Pelo fato de a pesquisadora realizar trabalhos voluntários junto à PSR, o acesso a esses sujeitos tornou-se mais fácil, pois muitos contatos haviam sido feitos anteriormente no momento das ações voluntárias. Os sujeitos que aceitaram participar do estudo voluntariamente assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo I), que foi previamente aprovado pelo comitê de ética em pesquisa (parecer n. 2.221.149) (Anexo II).

No presente estudo, foram utilizados dois instrumentos para coleta de dados: primeiro, um questionário para a caracterização sociodemográfica (Apêndice I); segundo, uma entrevista semiestruturada (Apêndice II).

O questionário era composto por seis questões fechadas que serviram para caracterizar o grupo. Nele foram coletados dados relacionados à faixa etária, sexo, estado civil, grau de escolaridade e outras questões relacionadas ao contexto vivido pelo grupo. A entrevista semiestruturada foi realizada de forma individual, seguindo um roteiro contendo 15 perguntas abertas. Todas as entrevistas foram gravadas em mídia digital e posteriormente transcritas.

Segundo Gil (1991), no método da entrevista, há o envolvimento entre duas ou mais pessoas nessa relação entre o entrevistador e o entrevistado, com questões introduzidas por aquele com o objetivo de obter informações a respeito de um determinado assunto. Assim, o entrevistador faz a pergunta e o entrevistado responde.

Esse método é vantajoso no momento da coleta de dados, pois permite a interação entre o entrevistador e o entrevistado que, por sua vez, não precisa possuir um grau maior de instrução e escolaridade para responder às questões estipuladas pelos entrevistadores. Dessa forma, também é permitido que o entrevistador observe melhor o comportamento que envolve o sujeito em relação à movimentação com o corpo como, por exemplo, a forma de gesticular com as mãos que pode revelar o estado psicológico do sujeito ou mesmo sua vontade de demonstrar algo. Portanto, é possível analisar as atitudes não verbais do entrevistado, o que vem a corroborar

com o pensamento de Gil (1991) no sentido de que a entrevista permite uma abordagem mais ampla e quando comparada à aplicação de questionários. Isso posto, considerou-se o instrumento da entrevista viável e adequado para atingir os objetivos desta pesquisa.

3.4 Análise dos dados

Os dados quantitativos foram tabulados em planilhas no software Excel®, a fim de organizar as informações referentes aos sujeitos entrevistados.

Os conteúdos obtidos por meio de gravação durante a entrevista semiestruturada foram inicialmente transcritos em sua íntegra. Posteriormente, procedeu-se uma leitura minuciosa e cuidadosa de todo o material com a finalidade de evidenciar os conteúdos evocados que respondiam de forma mais direta às perguntas iniciais da pesquisa.

Após a leitura, procedeu-se a uma organização do material por eixos com o intuito de identificar o que mais contribuiu para uma melhor compreensão sobre a forma como se dão as RS relacionadas às condições de viver na rua; sobre o comer na rua; sobre a comida no presente *versus* a comida no passado e sobre a relação da fome com a comida do lixo. No quinto eixo, foi evidenciada a relação da PSR com as políticas públicas atribuídas e utilizadas junto a este grupo social.

Os discursos foram analisados à luz da TRS, utilizando-se o método de análise embasado no referencial teórico analítico apresentado por Bardin, conhecido por Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) e que pode ser definido como:

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 47).

O presente estudo aprofundou-se no uso deste conhecimento e de suas técnicas respectivamente relacionados ao planejamento da análise; à codificação de resultados; às categorizações; às inferências; e, por último, à informatização da análise das comunicações.

Bardin (2011) aponta que a aplicação da análise de conteúdo é classificada levando em consideração as três etapas indispensáveis que devem ser abordadas conforme representação ilustrada na Figura I, sendo elas: a análise de conteúdo com pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados e sua interpretação.

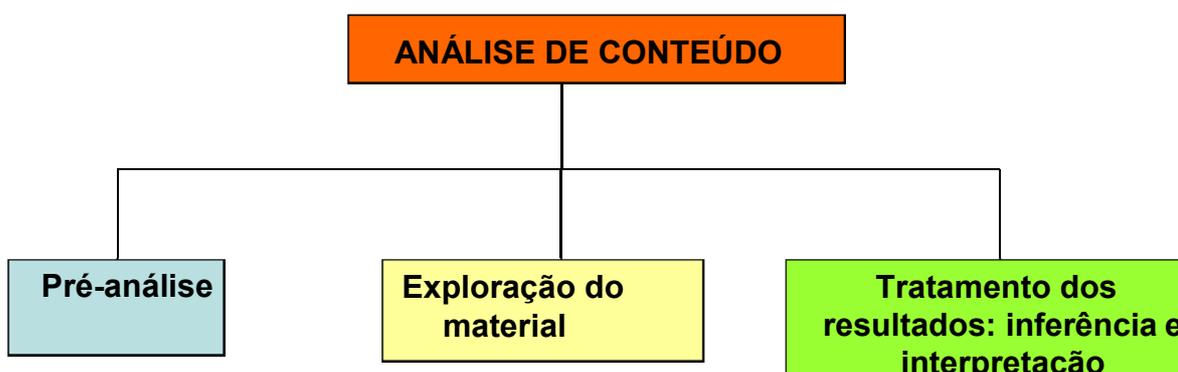


Figura 1: Três fases da Análise de Conteúdo

Fonte: elaborado pela autora

Segundo Campos (2004), a Análise de Conteúdo é uma ferramenta que possui três fases:

A primeira refere-se à Pré-análise. Nela ocorre a pré-exploração dos materiais utilizados, ou mesmo das leituras flutuantes, com o propósito de entender os pontos importantes para o desenvolvimento das próximas etapas da análise. A partir deste ponto da pesquisa, ocorreram várias leituras em momentos diferentes com a finalidade de refinar os elementos encontrados no conteúdo das narrativas. Na fase da pré análise, as entrevistas já devem estar transcritas.

De maneira ampla, nessa etapa realiza-se a organização de todo o material a ser estudado, a fim de que o pesquisador seja capaz de conduzir os próximos procedimentos de análise.

Na segunda fase, tem-se a Triagem, momento no qual são retirados os diversos vícios de linguagem e as redundâncias verbais.

E como terceira fase, tem-se o Processo de categorização no qual é fixada a classificação de elementos peculiares a um eixo. Durante essa fase, houve a elaboração dos diferentes eixos apresentados no estudo.

Em busca de uma melhor compreensão dos procedimentos adotados para a classificação das palavras, os quadros abaixo apresentam os vocábulos evocados com maior frequência em acordo com a sequência das perguntas norteadoras para o desenvolvimento da entrevista semiestruturada.

No primeiro quadro, foram apresentados os vocábulos referentes ao primeiro eixo (Quadro 1).

Quadro 1 – Vocábulos evocados no primeiro eixo - Viver na rua.

ENTREVISTADO	O QUE É VIVER NA RUA PARA VOCÊ?
E1	Ocasão, COSTUME
E2	Rua é escola, é bom e é ruim, é SOFRIMENTO
E3	SOFRIMENTO , Dor, sujo, doença
E4	COSTUME, ESCOLHA
E5	COSTUME, LIBERDADE
E6	Bom, ESCOLHA , tranquilidade
E7	Tristeza, SOFRIMENTO , ruim
E8	COSTUME , devido a ESCOLHA , falta de oportunidade
E9	Mudança de vida, situação de SOFRIMENTO , triste, ocasião, COSTUME , ESCOLHA
E10	Difícil, ESCOLHA pessoal, fácil, desesperador
E11	COSTUME , normal
E12	COSTUME
E13	ESCOLHA própria, COSTUME
E14	Atitude de vida, ESCOLHA própria, COSTUME
E15	Normal, aprendizado, COSTUME
E16	ESCOLHA, LIBERDADE

Fonte: Dados da Pesquisa

Elaborado pela autora

No segundo eixo, foram evidenciadas as RS relacionadas ao significado de comer na rua para a PSR (Quadro 2).

Quadro 2 – Vocábulo evocados no segundo eixo - Comer na rua.

ENTREVISTADO	QUAL SIGNIFICADO DE COMER NA RUA PARA VOCÊ?
E1	Não sabe dizer
E2	COSTUME
E3	Não tem para onde comer
E4	COSTUME
E5	Igual outro lugar, COSTUME
E6	Complicado, bom
E7	NORMAL
E8	NORMAL, COSTUME
E9	Não é legal
E10	COSTUME
E11	COSTUME
E12	Escolha, COSTUME
E13	COSTUME , tristeza
E14	COSTUME, NORMAL
E15	NORMAL, COSTUME
E16	NORMAL

Fonte: Dados da Pesquisa

Elaborado pela autora

O terceiro eixo abordou as relações entre a comida no presente *versus* a comida no passado. Nesse eixo, foram evidenciadas as evocações referentes à comida na atual condição de vida, ou seja, à comida no presente, e em seguida à comida no passado e suas recordações. Nele também foram abordados a que tipo de comida a PSR tem acesso com mais facilidade no dia a dia e sua procedência (Quadro 3).

Quadro 3 – Vocábulo evocados no terceiro eixo - Comida no presente *versus* comida do passado

ENTREVISTADO	COMIDA NO PRESENTE – RECORDAÇÃO
E1	Come o que ganha - arroz com feijão - não traz recordação
E2	Come o que ganha - arroz com feijão e macarrão - não traz Recordação

E3	Come o que ganha - arroz com feijão - não traz recordação
E4	Não soube responder
E5	Come o que ganha- arroz com feijão, macarrão - não traz recordação
E6	Come o que ganha - Comida de sal - não traz recordação
E7	Come o que ganha - arroz com feijão - não traz recordação,
E8	Come o que ganha - arroz com feijão - não traz recordação
E9	Come o que ganha - arroz com feijão - não traz recordação
E10	Come o que ganha - arroz com feijão - não traz recordação
E11	Na rua come de tudo - não traz recordação
E12	Come o que ganha - não traz recordação
E13	Come o que ganha - não traz recordação
E14	Come de tudo - não traz recordação
E15	Come o que ganha - não traz recordação
E16	Come o que ganha - não traz recordação
ENTREVISTADO	COMIDA NO PASSADO – RECORDAÇÃO
E1	Nenhuma que traz recordação
E2	Feijão com farinha carne seca – cidade de origem – FAMÍLIA
E3	Arroz com feijão – FOME
E4	Dobradinha – FAMÍLIA
E5	Arroz com feijão – FAMÍLIA
E6	Macarrão com molho e carne moída - FAMÍLIA - MÃE – AVÓ
E7	Arroz com feijão – FAMÍLIA
E8	Bolo de macaxeira com café - FAMÍLIA, irmãos – MÃE
E9	Carne de panela – esposa – FAMÍLIA
E10	Frango caipira com quiabo - FAMÍLIA – AVÓ
E11	Nenhuma recordação
E12	Peixe ensopado – esposa – FAMÍLIA
E13	Pão caseiro - MÃE – FAMÍLIA
E14	Feijão, arroz, carne seca e farinha – MÃE – FAMÍLIA
E15	Não tem recordação
E16	Não tem recordação

Fonte: Dados da Pesquisa

Elaborado pela autora

No quarto eixo, foram evidenciados os vocábulos em relação às RS da fome e da comida do lixo para a PSR (Quadro 4).

Quadro 4 – Vocábulos evocados com maior frequência no eixo – Fome e comida do lixo

ENTREVISTADO	O QUE É PASSAR FOME PARA VOCÊ?
E1	Nunca passou fome
E2	Difícil
E3	Agonia
E4	Nunca passou fome
E5	Nunca passou fome
E6	SOFRIMENTO – TRISTEZA
E7	Nunca passou fome
E8	Horrível – TRISTEZA
E9	SOFRIMENTO – TRISTEZA
E10	SOFRIMENTO
E11	Vergonha – TRISTEZA
E12	Ruim – SOFRIMENTO
E13	Fim do poço – SOFRIMENTO
E14	Difícil – TRISTEZA
E15	SOFRIMENTO – ruim
E16	TRISTEZA - SOFRIMENTO – terrível
ENTREVISTADO	JÁ COMEU COMIDA DO LIXO?
E1	Não, nunca precisou
E2	SIM - Penoso – TRISTEZA
E3	SIM - dor no coração
E4	Não, nunca precisou
E5	Não, nunca precisou
E6	SIM – SOFRIMENTO
E7	Não, nunca precisou
E8	SIM – Horrível
E9	SIM – vergonha
E10	SIM – SOFRIMENTO
E11	SIM – desespero
E12	SIM, TRISTEZA
E13	SIM – escolha – SOFRIMENTO
E14	SIM –TRISTEZA - coisa de animal
E15	SIM - terrível – SOFRIMENTO
E16	SIM – necessidade – desespero

Fonte: Dados da Pesquisa

Elaborado pela autora

No quinto eixo, foram evidenciadas as respostas sobre o conhecimento e a utilização das políticas públicas direcionadas para a PSR no município em estudo (Quadro 5 e Quadro 6).

Quadro 5 – Utilização dos serviços oferecidos pelo município frente às Políticas Públicas para a PSR.

ENTREVISTADO	CONHECE ABRIGOS E JÁ UTILIZOU?
E1	Conheço e nunca frequentei
E2	Conheço e já usei os serviços oferecidos
E3	Conheço e já usei os serviços oferecidos
E4	Conheço e não gosto
E5	Conheço e não gosto
E6	Conheço e não gosto
E7	Conheço e não gosto
E8	Conheço e já usei os serviços oferecidos
E9	Conheço e já usei os serviços oferecidos
E10	Conheço e não gosto
E11	Conheço e já usei os serviços oferecidos
E12	Conheço e já usei os serviços oferecidos
E13	Conheço e não gosto
E14	Conheço e já usei os serviços oferecidos
E15	Conheço e já usei os serviços oferecidos
E16	Conheço e já usei os serviços oferecidos

Fonte: Dados da Pesquisa

Elaborado pela autora

Quadro 6 – Serviços oferecidos e já utilizados nos abrigos / albergues municipais

ENTREVISTADO	SERVIÇOS UTILIZADOS
E1	Não frequento e não sei
E2	Alimentação, serviços de saúde
E3	Alimentação, higiene pessoal e pouso
E4	Não gosto
E5	Não gosto, não sei
E6	Não gosto, não sei
E7	Não gosto, não sei
E8	Alimentação, higiene pessoal, serviços de saúde
E9	Alimentação, higiene pessoal e pouso
E10	Não gosto, não sei
E11	Descanso, pouso
E12	Higiene pessoal
E13	Não gosto, não sei

E14	Alimentação, higiene pessoal, serviços de saúde
E15	Alimentação
E16	Alimentação e pouso

Fonte: Dados da Pesquisa

Elaborado pela autora

Quadro 7 – Síntese dos eixos e respectivos vocábulos

1º EIXO	2º EIXO	3º EIXO	3º EIXO	4º EIXO	5º EIXO
VIVER NA RUA	COMER NA RUA	COMIDA DO PRESENTE	COMIDA DO PASSADO	FOME E COMIDA DO LIXO	Políticas Públicas
COSTUME	COSTUME	FATOR BIOLÓGICO (sobrevivência, arroz com feijão)	AFETO (família, figura feminina, comida caseira)	SOFRIMENTO (desespero)	
SOFRIMENTO	TRISTEZA (desprezo, indiferença)			TRISTEZA	
ESCOLHA					
LIBERDADE					

Fonte: Dados da Pesquisa

Elaborado pela autora

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa organizados conforme a caracterização dos participantes do estudo, assim como os cinco eixos elaborados a partir da análise das entrevistas.

4.1. Perfil sociodemográfico da PSR em estudo

Participaram da pesquisa 16 sujeitos do sexo masculino, maiores de 18 anos e que atendiam os requisitos previamente estabelecidos. Observou-se que a média de idade dos participantes é de 42,6 anos; a idade mínima, 37 anos e a idade máxima, 51 anos. A tabela 1 mostra a distribuição dos sujeitos segundo sua faixa etária.

Tabela 1 - Distribuição dos sujeitos no contexto da PSR de São José dos Campos – SP, quanto à faixa etária.

Faixa etária	N
31 a 40 anos	6
41 a 50 anos	9
51 a 60 anos	1
Total	16

Fonte: Dados da pesquisa

Elaborado pela autora.

Em relação ao estado civil, observou-se que a maioria era solteiro (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição dos sujeitos no contexto da PSR de São José dos Campos – SP, segundo o estado civil.

Estado civil	N
Solteiro	7
Casado	0
Divorciado	3
Viúvo	6
Total	16

Fonte: Dados da pesquisa

Elaborado pela autora.

No que diz respeito ao estado civil, todos informaram não ter companheira ou cônjuge na condição atual de vivência na rua. Dentre eles, nove (9) sujeitos informaram ser viúvos ou divorciados. Nessa questão, são referenciados fatores relacionados à fragilização ou quebra dos vínculos familiares, que conseqüentemente puderam contribuir para que estes sujeitos procurassem as ruas como meios de subsistência e moradia.

Em relação à escolaridade, observou-se que a maioria era de baixa escolaridade (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição dos sujeitos no contexto da PSR de São José dos Campos – SP, segundo a escolaridade.

Escolaridade	N
Sem escolaridade	1
Ensino fundamental	12
Ensino médio	2
Ensino superior	1
Total	16

Fonte: Dados da pesquisa

Elaborado pela autora.

Os poucos anos de estudo dos sujeitos entrevistados são um fenômeno observado em nível nacional, de acordo com o censo realizado em 2008 sobre a PSR. A maioria não estudava à época do censo (95%) e apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram estar fazendo algum curso (ensino formal 2,1% e profissionalizante 1,7%). Os dados revelaram que 48,4% não concluíram o primeiro grau e 17,8% não souberam responder ou não lembravam o nível de escolaridade, observando que apenas 3,2% concluíram o ensino médio (BRASIL, 2008).

A escolaridade pode interferir diretamente nas possibilidades de os sujeitos terem oportunidades, uma vez que a baixa escolaridade é uma das causas prejudiciais à inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, Santos (2009) afirma que a PSR é constituída, em sua grande maioria, por classes de pessoas que geralmente possuem baixa escolaridade e baixa qualificação profissional, cujos vínculos empregatícios anteriores a sua situação de rua certamente já eram frágeis.

Dentre os pesquisados, um sujeito sabia apenas assinar o próprio nome e reconheceu-se como analfabeto. Este sujeito relatou que vive nas ruas desde os sete anos de idade devido à violência doméstica sofrida em casa durante a infância. Nesse sentido, consoante o MS (2010),

a violência que ocorre no seio das relações familiares atinge também as crianças e adolescentes, cuja fragilidade emocional e física é típica da idade. Esse tipo de violência traduz-se pelas formas agressivas no relacionamento da família, por meio da violência física como modo de resolver os conflitos e como uma maneira indevida de educação. Além disso, essa violência contempla também a falta de cuidados mínimos com os seus filhos (BRASIL, 2010, p. 26-27).

Um único sujeito informou ter cursado o nível superior. Ele era comerciante e professor em um município do Vale do Paraíba e optou por viver nas ruas em decorrência de um trauma sofrido com a morte de sua família.

Em relação à origem geográfica, sete sujeitos afirmaram ter nascido em cidades do Estado de SP, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição dos sujeitos no contexto da PSR de São José dos Campos – SP, segundo a naturalidade.

Estado cidade natal	N
Estado de São Paulo	7
Estado de Minas Gerais	2
Estado do Ceará	2
Estado do Alagoas	2
Estado do Pernambuco	1
Estado do Rio de Janeiro	1
Estado do Mato Grosso do Sul	1
Total	16

Fonte: Dados da pesquisa

Elaborado pela autora.

Já no tocante ao tempo de vivência e moradia na rua, esse é de 19,68 anos em média. Cabe ressaltar, no entanto, que o tempo médio informado não se refere exatamente ao tempo de moradia nas ruas da cidade na qual o estudo foi realizado, mas sim considera toda a trajetória de vida nas ruas de outras cidades e estados. Isso demonstra que muitos dos sujeitos entrevistados viviam como “trecheiros”, indivíduos que se deslocam de cidade em cidade, muitas vezes permanecendo por um período curto em cada local, encarando-o apenas como uma cidade de passagem.

Considerando os questionamentos referentes ao recebimento de algum benefício ou auxílio financeiro, todos os sujeitos afirmaram não ter renda fixa, tampouco receber algum tipo de auxílio ou benefício social. Porém, os entrevistados afirmaram ter renda esporádica referente a trabalhos realizados informalmente como flanelinha – cuidando, assim, dos carros que ficam estacionados nas ruas, e também uma renda esporádica decorrente da venda de materiais recicláveis.

Um ponto importante observado é que a condição real de não contar com um trabalho formal com carteira assinada não deve ser um fato propulsor para que todos sejam desdenhados como vagabundos, uma vez que contam sim com uma prática informal com fins remuneratórios, seja ela no trabalho desenvolvido como catadores de recicláveis ou seja como cuidadores de carros nas ruas e centros da cidade, sendo neste caso conhecidos como ‘flanelinhas’.

Desse modo, é possível constatar, conforme Mattos & Ferreira (2004), que a condição de possuir um trabalho formal, com o devido registro em carteira profissional, fundamenta a identidade do indivíduo como trabalhador, embora muitas pessoas atuem de maneira informal no mercado de trabalho sem serem identificadas como improdutivas. As pessoas em situação de rua, no entanto, são destituídas desta condição de identidade por exercerem atividades informais consideradas improdutivas. E por isso são taxadas de preguiçosas, inúteis e vagabundas, características ainda mais enfatizadas pelo fato de estarem nas ruas e calçadas atrapalhando o fluxo, poluindo os espaços públicos e incomodando a todos os que não aceitam suas presenças. Recebem, assim, estereótipos e estigmas que só fazem aumentar ainda mais a condição de exclusão da PSR.

Nesse sentido, assegurar a eficácia dos princípios previstos na Constituição da República para todos os cidadãos brasileiros não é tarefa simples, principalmente para a PSR que, na maioria das vezes, não possui sequer documentos pessoais, de trabalho, de residência ou mesmo vínculos sociais estáveis.

A PNPSR objetiva a construção de uma rede de proteção que envolva as políticas de saúde, assistência social, habitação, geração de emprego e renda, cultura, sistema de promoção e garantia de direitos. Tudo isso tem em comum a ideia de institucionalização de práticas que escolhem a opção da retirada dessas pessoas das ruas. Todavia, proporcionam poucas possibilidades de reestruturação de suas vidas, pois mesmo que sejam recentes as políticas públicas para a PSR, a posição de neutralidade ou incapacidade do Estado em lidar com esse

tipo de problema confirma a penalização do indivíduo pela situação em que ele se encontra (BRASIL, 2008).

Após toda essa apresentação abordando a caracterização da PSR, serão elencadas, na sequência, as RS que envolvem o estudo em comento, quais sejam: a comida e os aspectos que envolvem este objeto social no contexto da PSR. Serão explanados, ainda, os demais eixos: o viver na rua, o comer na rua, a representação da comida no presente *versus* a comida no passado, a fome e o lixo. E no quinto eixo, encontra-se a relação de utilização das políticas públicas estabelecidas pela PSR.

4.1 Representações Sociais: Eixos das análises

A partir das narrativas e das análises das entrevistas foram definidos cinco eixos de análises com as respectivas RS. No primeiro e segundo eixos, foram relacionadas as RS a respeito dos aspectos que envolvem a condição de viver na rua e comer na rua, respectivamente.

No que tange às RS, é possível vislumbrar que para Jodelet (2002) elas são constituídas como “uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2002, p.22). Já para Moscovici (1999), as RS sempre se preocuparam com os aspectos da sensibilidade social -dos sentimentos sociais – sendo, portanto, indispensáveis para mobilizar as pessoas.

Desse modo, estudar a comida para a PSR à luz da TRS é algo pertinente e desafiador. No presente estudo, as RS são elaboradas por um grupo social - que vive em situação de rua, e sobre um objeto social - a comida e suas interfaces, com o objetivo de identificar a realidade e os aspectos simbólicos relacionados a tal objeto para os que se encontram em tal condição.

4.1.1. Viver na rua

Ao identificar as RS da PSR sobre a realidade do viver e do morar nas ruas, fazendo destas um meio de subsistência, é possível observar que a adoção da rua como moradia, apesar

de em muitos momentos ser representada como escolha, liberdade e costume, também está associado ao sofrimento. As RS do viver na rua para PSR podem ser vislumbradas na figura 2.

Figura 2: Mapa Conceitual Eixo 1 - Viver na rua



Fonte: Dados da pesquisa

Elaborado pela autora

No tocante ao tema RS, Jodelet (1989) afirma que ganham destaque quando guiam os grupos sociais na forma como nomeiam e definem os aspectos do cotidiano. Assim, no presente estudo e tendo como fonte de inspiração a figura 2, é possível observar que, ao discursar sobre o viver em situação de rua, os sujeitos nomeiam aquilo que vivenciam em seu dia a dia. E, desse modo, constata-se que as RS - escolha, o costume e a liberdade do viver nas ruas – são nomeadas pelo grupo, mas ao mesmo tempo são carregados de sofrimento, o que pode ser demonstrado nos depoimentos que se seguem.

Viver aqui na rua pra mim é uma coisa que eu quero, é minha atitude de vida, é como eu quero, entende? Ninguém me obriga a ficar aqui não, eu fico porque eu quero ficar, isso é questão de ficar acostumado com o que tem na vida. (E14).

Morar aqui na rua, na estrada, no mundo pra mim é normal, já aprendi a viver desse jeito, já faz muito tempo que tô nessa vida. Não vou falar que é fácil, fácil não é não mais a gente vai vivendo desse jeito. Eu nunca tive uma família direito daí pra mim tanto faz tá na rua ou não, já tô calejado

disso já, já acostumei. É bom, as vezes não é não, mais é assim, um dia tem diferença do outro. (E15)

É importante considerar, portanto, que aspectos dissonantes estão presentes nas narrativas dos sujeitos, uma vez que a liberdade, a escolha e o costume de viver em situação de rua estão associados ao sofrimento de uma vida nessa condição. E os depoimentos que se seguem só fazem corroborar com essa afirmativa. Vejamos:

Ah dona, cê não sabe, mais pra mim, é tipo bom, é as veiz mau, as veiz tá mais ou menos, as veiz é muito legal e ótimo. Já to no mundão faiz é tempo, muito tempo na quebrada da vida, a gente fica com 'custume', eu posso ir pra algum barraco por ai de parente, lá no Pernambuco, mais não quero, tá ligada? Rua é bom, é a gente ficar livre sem ninguém enchendo as paciências de mim, é ter a liberdade. (E5)

Morar na rua para mim é o seguinte, é pra quem vive na rua é uma escola, é uma escola pra quem não sabe, porque não é fácil, durante o dia você tem que fazer alguma coisa, não ficar assim parado, eu sou mais de andar, cato latinha, cato papelão, quando pinta um trabalho pra fazer tem que fazer. Na rua tem muitas coisas boas e muitas coisas ruins a gente tem que passar por muito sofrimento mais logo eu tenho fé em Deus que logo eu tô saindo fora dessa vida porque ninguém merece sofrer. (E2)

Ah cara, o que é viver na rua é que ninguém quer né cara, ninguém quer surpreender com essa dor de viver na rua, é chato, você não tem um banho, não tem um lugar ideal, esse chão é sujo, você 'cata' friagem, você "cata" micose pelo corpo, você fica doente né?(E3).

Essa situação de desconforto entre os aspectos simbólicos trazidos pela contradição da escolha/liberdade *versus* sofrimento é prevista na teoria da dissonância cognitiva a partir dos estudos de Festinger (1957). Para o autor, uma pessoa é capaz de lidar com a dissonância em termos do seu comportamento em cuidados com a saúde. Pessoas que fumam optam por continuar fumando mesmo que tenham conhecimento de que fumar faz mal para a saúde. Uma pessoa consegue decidir o que mais valoriza, se o hábito de continuar fumando ou a própria saúde, e desta forma, acredita que seu comportamento vale os riscos e recompensas, ou seja, a

dissonância cognitiva antecede a atividade orientada para reduzir essa dissonância (FESTINGER, 1957).

Nesse sentido, no que tange ao sofrimento e às limitações vividas, observa-se que, em situação de rua, o grupo tenta reduzir a dissonância afirmando que a liberdade talvez seja a possibilidade de uma nova vida que compense tais sentimentos e limitações.

Sobre a situação de rua, Costa (2007, p.11) assinala que “[...] a rua é vivida como um espaço de instabilidade [...] sobreviver na rua é uma façanha individual”. E os indivíduos que se encontram nesse espaço padecem dos mais diferentes tipos de violações, sendo a mais degradante delas a condição de não reconhecimento enquanto indivíduos, com a consequente perda de sua dignidade. Segundo a autora, há ainda um fator a ser acrescentado – a ausência do Estado, uma vez que o poder público não exerce o relativo destaque em suas ações no sentido de promover e garantir os direitos sociais para a PSR. Diante de tudo isso, o que resta aos sujeitos em situação de rua é a criação de diferentes maneiras de sobreviver diante dessa realidade.

Giorgetti (2006) afirma que o contexto da PSR é apontado por uma série de falências durante a trajetória de vida dessas pessoas, com diferentes particularidades, mas que trazem como consequência o seu isolamento social.

Segundo a autora, um outro fator que pode ser citado como contribuição para a situação de rua é a quebra e a fragilização dos vínculos afetivos muitas vezes desencadeados pela dependência química, por doenças mentais e pela violência doméstica. Além disso, a falência e desgaste de uma rede de apoio familiar solidária tem se declarado como sendo um dos principais motivos dos indivíduos buscarem às ruas para moradia uma vez que tal desgaste compromete diretamente o pertencimento social do indivíduo. Assim, a busca pelas ruas enquanto moradia passa a ser uma opção diante das dificuldades enfrentadas, dos momentos de sofrimento e das decepções diante das fragilizações familiares.

Segundo Snow e Anderson (1998), o sujeito que passa a pertencer à PSR é deparado, em um primeiro momento, com a perda da moradia, assim como de seu local de relacionamento particular e de permanência. Esse desabrigo, de uma maneira ou de outra, sempre existiu de forma prolongada em toda a história da humanidade. Existem fatores e motivos, entretanto, que levam as pessoas à condição de rua como, por exemplo: desastres naturais; condição própria do

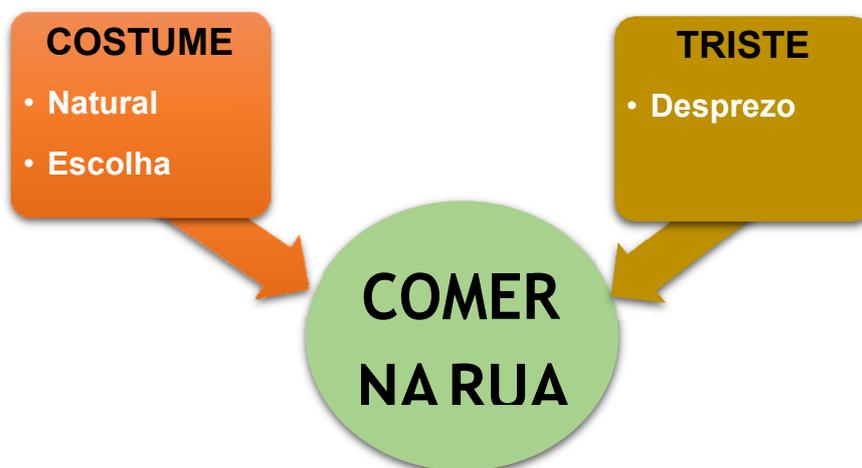
trabalho que leva à migração; evasão devido a situações políticas ou econômicas; e outras razões ligadas à questão social.

4.2.2 Comer na rua

O ato de comer na rua e tudo o que ocorre nesse ambiente é visto de forma comum pela PSR, tendo em vista que muitos atrelam essa situação ao costume. Dessa forma, a realidade de comer nas ruas, praças e ambientes públicos é tratada com naturalidade pelo grupo. Comer em situação de rua é, para essa população, o mesmo que se alimentar em qualquer outro local no qual as pessoas comumente realizam suas refeições.

Para a PSR, as RS relacionadas ao ato de fazer as refeições no ambiente da rua, em praças e logradouros públicos são apresentadas na figura 3.

Figura 3: Mapa conceitual do eixo 2 – Comer na rua



Fonte: Dados da pesquisa

Elaborado pela autora

Assim, comer na rua é o costume, é a escolha de vida para um determinado momento de suas trajetórias, ao mesmo tempo em que remete à tristeza, à indiferença e ao desprezo pela sociedade.

Sobre o comer na rua, seguem alguns relatos:

Pra mim comer na rua é igual comer em qualquer outro lugar, entende? Todo jeito a gente come pra matar a fome, é 'quem' comer na casa da gente, ué, tudo igual por causa que eu já tô nessa vida faz tempo e o tempo a gente fica com costume. (E5)

Pra mim comer na rua é normal, nada de estranho não, acostumei viver nessa vida e tá tudo certo não tem nada de errado não, tudo suave. (E8)

Poxa, comer na rua as vezes é complicado sabe, mas as vezes é de boa, as vezes as pessoas passa e fica olhando esquisito pra gente, parece que a gente é bicho, e a gente tem que passar por isso e seguir o trecho pois é assim que as coisas segue, tá ligada? Eu como ali na calçada, no banco, onde eu tô mesmo e já peguei afeição assim, não tem crise não. (E6)

Não sei dizer o que é comer na rua, não tinha pensado nisso não, agora que a senhora tá falando nisso, eu penso que comer aqui na rua não é muito legal não né? Na rua não é como era na casa da gente, pois aqui não é muito bom pra gente, não tem nossa família. (E9).

Consoante o pensamento de Moscovici (2011, p. 46), “as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos”. E sua elaboração traduz as representações que estão entre nós (JODELET, 2005). Portanto, tais representações falam sobre uma condição de vida que apresenta alguns aspectos dissonantes entre o costume e a tristeza, ou seja, a PSR passa por um intenso processo transformador mediante as adversidades apresentadas pela rua. E, através dessa situação, recriam os sentidos de vida, adequando-se à realidade que se apresenta, por mais inóspito que possa parecer (e de fato o é) o ‘habitat’ do viver nas ruas.

Por outro lado, há um destaque para o olhar do transeunte, qual seja, um olhar de julgamento das pessoas que passam e que remetem a PSR à condição de exclusão. Vejamos: “Pra mim comer na rua é uma coisa de costume, a gente fica acostumado com isso mais é triste viu? É difícil pois as pessoas olham pra gente como se a gente fosse um bicho sujo, como se eu não fosse gente.” (E13).

Para o sociólogo Bauman (1998), a responsabilidade diante da condição de vida do outro se dá através de um comportamento moral e surge a partir da aproximação. Dessa forma, os estigmas perante a PSR ocorrem como estratégias de distanciamento social, assim como a ânsia por julgar o sofrimento do outro é uma forma de estigmatizá-lo como algo que não lhe diz respeito.

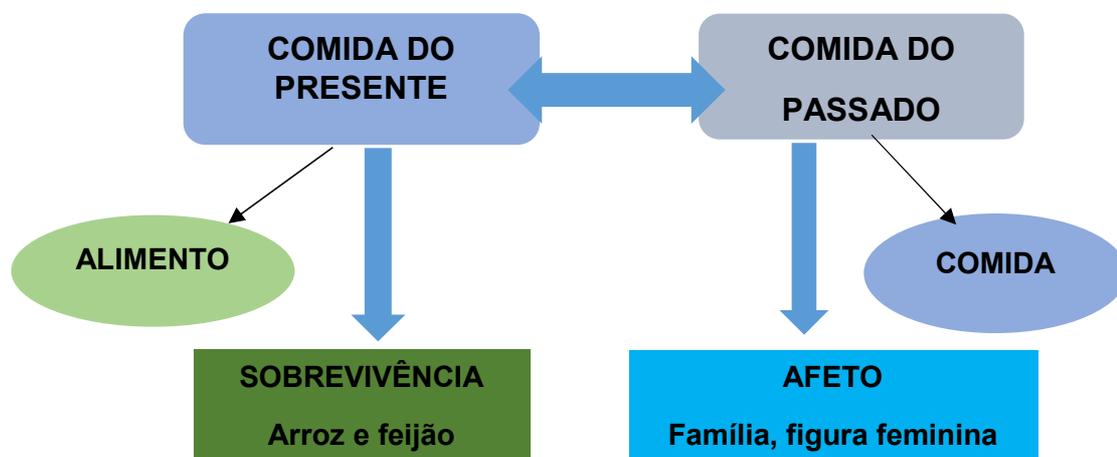
4.2.3 Comida presente *versus* passado

Para o desenvolvimento do eixo referente à comida presente *versus* passado, este estudo teve-se a uma abordagem com as seguintes questões: Hoje, morando na rua tem alguma comida que você goste muito? Qual é? A comida lhe traz alguma recordação? No passado, de qual comida você mais gostava? Além disso, durante a explanação das questões também foram tratados os aspectos referentes à origem da comida no cotidiano e qual o tipo de comida mais consumida.

As principais RS a respeito da comida do presente para a PSR revelam que a comida no contexto de rua representa exclusivamente a questão do fator biológico, o que significa: comer para não passar fome, comer para ter saúde e energia. No entanto, diferentemente das representações apresentadas sobre a comida no presente, a comida no passado é pautada pelo convívio familiar, pelo afeto e pelo cuidado. E é nesse ponto que são apontados os laços familiares que em algum momento de vida foram rompidos e fragilizados e que, por conseguinte, tornaram-se fatores que possivelmente contribuíram para que esses sujeitos, durante o infortúnio acometido à sua trajetória de vida, em algum momento buscassem as ruas como moradia e meio de subsistência

As abordagens referentes à comida e sua relação com presente e passado são apresentadas na figura 4.

Figura 4: Mapa conceitual do eixo 3 – Comida no presente *versus* Comida do Passado



Fonte: Dados da pesquisa

Elaborado pela autora

As representações sociais apontam para duas linhas estruturantes que contribuem para compreender o modo de pensar do grupo social em questão. A comida do presente diz respeito à questão biológica e apresenta-se como forma de sobrevivência nas ruas em sua principal representação e está relacionada ao alimento como fonte de energia e nutriente. Enquanto isso, a comida do passado remete às lembranças familiares, à figura feminina e traz o afeto como componente principal das RS identificadas. Damatta (1987) define com muita clareza e pertinência a diferença entre alimento e comida. Para o autor, o alimento é considerado como substância nutritiva. Contudo, a “comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e uma maneira de alimentar-se.” (DAMATTA, 1987, p. 22). E essa maneira considera os aspectos que envolvem o gesto de alimentar-se, os aspectos simbólicos envolvidos na alimentação e não apenas o alimento que é ingerido.

A comida do presente assume o papel biológico de alimentar o corpo, trazendo à comida uma conotação de alimento, substância nutritiva. Entretanto, a PSR não tem direito à escolha do alimento que consome, pois ingere o que ganha. E os relatos abaixo refletem bem essa questão.

Dona, a gente quando anda pro mundo, mora no ‘chão’, nas estradas, nas pontes, no ‘mundão’, a gente tem que comer as coisas que tem ué, a gente

come qualquer coisa já tô calejado disso já, mais quando as pessoas dá pra gente, tem pão com manteiga, café, arroz, feijão, macarrão, essas coisa que a gente come, não passo apuro não e gosto de tudo que as pessoas dá, não tenho enjoação não. (E5)

Sabe, eu como de tudo, gosto de tudo, sem causa problema pra nada não, eu gosto de coisa mais normal, sabe um arroz com feijão, pé de porco, torresmo, farofa, essas coisas que eu gosto. Aqui na rua a gente come o que as pessoas dão pra gente, mais é comida limpinha, boa também, arroz com feijão caprichado com uma mistura, um frango, uma carne de vaca com batata não falta não, a gente não pode reclamar de nada não, não falta nada aqui nessa cidade porque as pessoa ajuda, sempre tem de tudo graças a Deus. (E8)

As condições ora relatadas, portanto, ferem o DHAA e o amplo conceito de SAN que, dentre outros aspectos, determina que essa comida seja constante, em quantidade e qualidade. Desse modo, a PSR não exerce o direito a uma alimentação adequada e promotora de saúde, conforme previsto na Política Nacional de Segurança Alimentar e na Política Nacional para PSR (PNSAN, 2008).

Em relação aos alimentos que são consumidos no cotidiano da PSR é marcante a presença da identidade da comida brasileira, do prato comum da mesa dos brasileiros. A composição das marmitas recebidas por doação ou das oferecidas nos abrigos representa um aspecto cultural da alimentação do brasileiro – o arroz com feijão, acompanhados de algum legume e uma ‘mistura’ de carne ou frango.

Desse modo, é possível perceber que a comida típica brasileira é aqui representada como a comida ‘normal’ recebida nas marmitas, a comida de ‘sal’ como informado por um determinado entrevistado. É possível, pois, identificar a identidade cultural, por meio hábitos alimentares. Os costumes alimentares adquiridos por uma sociedade ao longo do tempo revelam sua identidade.

Por sua vez, a comida do passado propicia lembranças dos momentos vivenciados em família, à comida caseira preparada pela mãe, avó ou esposa e retrata fortemente a figura feminina, ligada ao cuidado e ao carinho, trazendo à tona uma das características próprias das RS, qual seja, o afeto. Assim, vejamos.

Ahhh, eu gosto muito de comer macarrão com massa de tomate, é muito bom e satisfaz a gente, a gente fico contente, mas eu gosto de carne com cebola picadinha, bife com batata frita, é bom comer as coisas que a gente gosta de verdade. Quando eu morava com minha mãe, que já foi morar no céu, minha vó Dita ajudava a gente para minha mãe pode trabalhar, e daí ela fazia aquela macarrão/ vermelhinho com carne moída e era bom demais, eu repetia duas, três vezes, tinha fartura, não faltava nunca e eu sinto falta da minha mãe, vizinha que já foram embora. (E6)

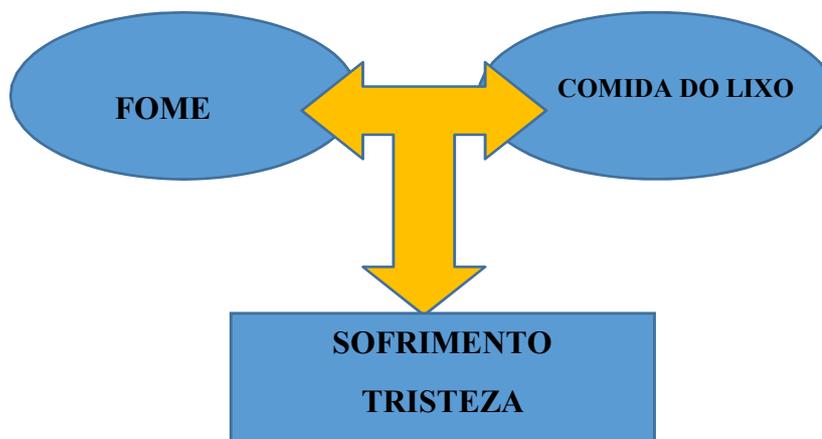
É muito positivo que essas representações estejam presentes na subjetividade da PSR. Na visão de Da-Matta (1987), o alimento e as práticas alimentares contemplam imensamente o envolvimento entre pessoas no momento das refeições. Tais situações são capazes de provocar diferentes sensações como a afetividade e o prazer, remetendo a boas lembranças e histórias. Sendo assim, a comida tem a capacidade de assumir um papel social importante nas relações humanas e nos diferentes grupos sociais. Ao retomar as lembranças através da abordagem relacionada à ‘comida no passado’, o sujeito se identifica com as relações amorosas e afetivas com os familiares, sendo esses os ‘modelos saudáveis de identificação’ (DAMERGIAN, 1998).

4.2.4 A fome e a comida do lixo para a PSR

Neste eixo são abordadas as RS sobre a fome e a comida no lixo para a PSR. Foi possível verificar que a situação de fome em algum momento da vida nas ruas faz parte da trajetória desses sujeitos. Em decorrência disso, são observadas e relatadas situações de busca por restos de alimentos no lixo para saciar a fome.

As RS da fome e da comida do lixo para a PSR são apresentadas no mapa conceitual representado na figura 5.

Figura 5: Mapa conceitual do eixo 4 – A fome e a Comida do lixo para PSR



Fonte: Dados da pesquisa

Elaborado pela autora

As RS sobre fome e comida do lixo para a PSR apontam exclusivamente para o componente afetivo das RS. Vejamos.

Muito sofrido, muito sofrido mesmo, é triste demais e nenhum filho de Deus e nem algum bicho, animal do mundo pode sentir isso não, é sofrimento demais dessa vida da gente. (E6)

Sim, várias vezes eu busquei comida no lixo, já comi comida do lixo, eu estava bastante perdido nas drogas, eu já comi várias vezes resto de comida 'amarrada' em saquinho e jogada no lixo e hoje eu estando mais lucido tenho dor no coração de saber o que eu já passei e eu quero ajudar os moradores de rua para ajudar quando eu arrumar um emprego. (E3)

No presente estudo, os objetos sociais como a fome e a comida do lixo estão relacionados um ao outro, ou seja, a fome leva à busca pela comida do lixo e ambos apontam para o componente afetivo das RS, aqui identificado pelo sofrimento e pela tristeza. O componente afetivo, por compor a estrutura das RS e junto aos aspectos cognitivos nelas presentes, é fundamental (Spink, 1995).

De acordo com Moscovici (*apud* Quiroz e Martinez, 1991), as nossas experiências afetivas, condutas e respostas corporais e verbais são efeitos não de uma excitação exterior como tal, mas da representação que nós possuímos dela.

Os sujeitos entrevistados afirmaram recorrer ao lixo para saciar a fome enquanto viviam como trecheiros, em locais afastados, estradas longe de qualquer tipo de comércio, ou seja, em locais onde não tinham a quem recorrer e muitas vezes em situações de uso excessivo de drogas e álcool. Relataram, ainda, passar pela situação de fome em outras cidades e estados, mas afirmaram ser difícil passar por isso nas ruas do município ora pesquisado, pois nele existem os abrigos públicos que oferecem serviços para PSR, inclusive no que tange à alimentação, com oferta das principais refeições do dia - café da manhã, almoço e jantar. Além disso, afirmaram contar com a ajuda dos voluntários que fazem doação de alimentos ou mesmo com recursos próprios angariados através de trabalhos informais realizados com a venda de materiais recicláveis ou como flanelinhas. Sendo assim, todos os participantes da entrevista afirmaram que conseguem realizar ao menos uma refeição ao dia.

Além dos aspectos simbólicos identificados pela falta do alimento, a condição da fome fere a dignidade de qualquer pessoa, sendo que um dos direitos fundamentais básicos do cidadão é o direito humano à alimentação adequada e que, portanto, nenhum dos sujeitos em situação de rua deveria passar por experiências como as relatadas abaixo.

Já comi sim pois passei por aperto um dia e tive que tomar essa atitude triste, muito triste. (E5)

Pra falar bem a verdade para senhora, eu já tive a tristeza de comer a comida jogada no lixo sim senhora, eu não tinha outro recurso e tive que fazer isso e é um sofrimento maior do mundo. (E7)

É sofrido falar disso, mais já passei fome e nessa hora a gente não pensa duas vezes para fazer alguma coisa não. Eu estava por aí no mundo e num momento precisei fazer isso e digo que é sofrido demais, não gosto de falar nisso não. (E10)

Neste momento, é importante destacar que os princípios preconizados pela Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua determinam o seguinte:

I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; III - Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade; IV - Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória; V - Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua (BRASIL, 2008, p. 14).

Diante disso, é possível perceber que os princípios preconizados pela PNPS estão distantes de serem concretizados, principalmente no que diz respeito à alimentação - um direito humano fundamental garantido constitucionalmente a todo cidadão brasileiro. Isso sem contar o fato de a condição de insegurança alimentar e nutricional ser constante para esse grupo, pois independente de terem acesso a algum tipo de alimentação, seja ela doada ou ofertada nos abrigos, esses indivíduos não possuem renda regular, nem habitação e tampouco meios de subsistência para as demais necessidades básicas comuns a outros cidadãos como prevê a PNSAN (BRASIL, 2010).

4.2.5 Políticas públicas para PSR.

Tratar das políticas públicas para a PSR é um assunto desafiador, pois, no contexto geral, a essa população não são garantidos os direitos preconizados pela CR/88, como os direitos à moradia, ao trabalho digno, à saúde e à alimentação adequada. A PSR, além de viver em condições vulneráveis e de fragilização, encontra-se imersa em situações de desamparo, necessitando, assim, de políticas públicas efetivas que considerem as particularidades intrínsecas deste grupo.

As relações envolvendo as práticas alimentares e o acesso à alimentação abordados durante a entrevista revelam que muitos indivíduos já passaram por situação de fome e por momentos nos quais a única alternativa para saciar a fome era a procura por alimentos no lixo. No momento da realização da pesquisa, entretanto, todos os participantes afirmaram não passar fome devido à doação recebida dos voluntários, aos pedidos que faziam nos estabelecimentos comerciais como padarias e restaurantes e também pelo fato de adquirirem comida por meio de

recursos próprios provenientes de trabalhos informais ou nos locais destinados à PSR, como os abrigos municipais.

Apesar de realizarem algumas refeições diariamente, essa alimentação pode não assegurar a quantidade e qualidade apropriadas e que respeitem os gostos, aspectos culturais e costumes do sujeito que se alimenta, conforme preconizado pela PNSAN e DHAA. Além disso, não existe a autonomia desses sujeitos em relação ao alimento consumido, pois eles não têm o controle e o poder para decidir qual e quando irão consumir o alimento, assim como de que forma e em que momento terão acesso à próxima alimentação. Outra circunstância de insegurança alimentar e nutricional a que estão expostos no cotidiano é a ausência de estratégias eficientes por parte do Estado a fim de garantir o DHAA.

Dentre as estratégias já existentes para amenizar a condição de vulnerabilidade enfrentada pela PSR, estão os Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) como os Restaurantes Populares (RP) e as Cozinhas Comunitárias (CC).

As estratégias relacionadas à criação dos RP tornaram-se evidentes a partir de 2003 com a implantação do Programa Fome Zero. Desde então, os debates a respeito do combate à fome e sobre a SAN ganharam notoriedade e os aspectos relacionados a uma alimentação saudável e adequada começaram a ser vistos como direito de todos. Frente aos acontecimentos, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) visou à modernização e à implantação desses restaurantes junto ao Programa Fome Zero, sendo o responsável por realizar, desde 2004, as transferências de recursos não reembolsáveis para a administração dos governos estaduais ou municipais que apresentem interesse de introduzir o programa (MDS, 2004; PAULA; FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2014; NUNES, 2017).

Embora ocorra a transferência de recursos do MDS para os RP, estes são de responsabilidade da administração local na qual o estabelecimento está instalado. O princípio fundamental das Unidades de Alimentação e Nutricional é produzir e oferecer refeições saudáveis de segunda à sexta-feira, contemplando um alto valor nutricional conjugado a preços acessíveis às pessoas na condição de insegurança alimentar. Nesse sentido, a produção deve atender no mínimo a uma oferta de 1000 refeições por dia com café da manhã e almoço, garantindo, assim, o DHAA. Cabe ressaltar, ainda, que os RP contribuem com o desenvolvimento social da população, pois geram emprego e renda, uma vez que estão implantados de acordo com as perspectivas do SISAN (NETO, 2007).

No município ora estudado existe uma unidade RP, porém, nenhum entrevistado mencionou realizar refeições nestes locais. Além disso, não existe na cidade CC que atenda a população em vulnerabilidade social e alimentar. Tal realidade indica a necessidade de uma estratégia do município em relação à criação, divulgação e incentivo ao uso dos EPSAN pela PSR.

Em relação à utilização dos serviços ofertados pelos abrigos, todos os participantes afirmaram conhecer esses locais e seus serviços, porém apenas a metade já utilizou os serviços oferecidos, tais como: higiene pessoal, encaminhamento para serviços de saúde, pernoite em dias de chuva ou de frio intenso e alimentação. Os outros participantes informaram conhecer e não utilizar os serviços oferecidos pelos abrigos, pois não se sentem à vontade nestes locais pelo fato de não aceitarem as normas existentes e por apresentarem resistência ao encaminhamento para os abrigos quando são abordados pelo Apoio Social da Prefeitura, conforme ilustrado em depoimento dos entrevistados.

Conheço, opa! Já frequentei, lá no Albergue porque é o seguinte, eu to fazendo como é que é, eu tenho uma cirurgia marcada né? Que catarata desse olho esquerdo eu enxergo só com esse, eu fiz a primeira cirurgia com esse aqui, lá na Provisão no Satélite, agora eu vou ter que fazer essa daqui agora, tá marcada para 15 de outubro fazer essa outra cirurgia no olho, daí a assistente social do albergue que encaminha. Já dormi, já fiquei lá opa, fiquei lá 02, 03, 4 meses é, lá tem café de manhã, tem almoço, tem janta, toma banho, lá também tem uma troca de roupa que também eles dão, tem calçado, tem sim. O albergue é uma coisa boa pra quem mora na rua. Tem assistente social que dá encaminhamento para você tirar seus documentos, você vai de perua até o Poupa tempo, leva você e traz. É, não tira documento hoje em dia na rua ai quem não quer por que não quer nada com nada. No albergue tem o apoio da saúde, você pode sair de manhã pra procurar um serviço, outros tem um ponto que olha carro, pode voltar meio dia pra almoçar né?(E2)

Eu conheço mais não gosto de Albergue, não gosto meu, tem abordagem social que vem aqui me encher o saco, me falar disso ai, eu não gosto, eu falo que tenho a casa aqui no Ema e aqui na rua eu cuido aqui do restaurante, não gosto, não vou, entendeu? (E4)

Aqui as vez passa uma perua para levar a gente pra lá sabe, e lá tem uma comida ajeitada, uma cama, mas não gosto de ir não, quando a mulher da prefeitura passa, é mais no frio sabe, mas eu não vou não lá não pode levar o 'Buda' (cachorro), daí deixar ele sozinho não deixo não, maldade fazer isso com meu bichinho. (E7)

A fim de analisar as políticas públicas voltadas à PSR, é necessário considerar os diversos motivos que levam diferentes pessoas a fazerem a mesma opção de morar nas ruas. Assim, dependência química, problemas relacionados à saúde mental, desamparo, abandono e perda de entes queridos, quebra e fragilização de vínculos familiares e o desemprego, tudo isso corrobora para o incremento da PSR.

Cabe ainda destacar que, no mundo contemporâneo, as mudanças operadas na esfera do trabalho, aliadas ao desemprego estrutural, aumentam exponencialmente o número de trabalhadores que não serão absorvidos pelas demandas do mercado e, nesse contexto, a rua pode constituir-se como uma saída, mesmo que ofereça riscos de várias naturezas.

Diante da complexidade da questão da PSR, impõe-se um trabalho interdisciplinar e intersetorial que envolva vários serviços, programas, projetos e benefícios com o intuito de atender às múltiplas necessidades dessa população.

Nesse sentido, é fundamental uma parceria entre a sociedade e o Estado para que sejam devidamente efetivadas as políticas públicas destinadas a esse grupo. Por outro lado, também são necessários debates e discussões envolvendo a sociedade, a fim de que concretizar melhorias para essa população que vivencia tamanha vulnerabilidade social, sobretudo para que ocorra a desconstrução do preconceito que comumente recobre a PSR e possibilite avanços na efetivação das políticas públicas implementadas no governo Lula a partir do Decreto nº 7.053 / 2009 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada á luz da TRS possibilitou o entendimento a respeito dos valores e simbolismos que a PSR atribui à comida e a como esta encontra-se relacionada com o modo de viver e de comer em um contexto de rua. Assim, por meio do objeto social ora representado pela comida, foi possível demonstrar as ações comunicativas por ela expressas em momentos como a falta da comida na condição de fome, a busca pelo alimento no lixo, as memórias evocadas pela comida no passado, bem como sua importância no ambiente familiar e nos relacionamentos afetivos. Além disso, foi possível mencionar o modo como versa a comida no cotidiano atual.

Por meio da análise de conteúdo realizada, ficaram evidenciados quatro eixos de RS e, ainda, um quinto eixo que não trata diretamente sobre as RS, porém considera a utilização e o conhecimento da PSR em relação às políticas públicas para este grupo social.

No tocante aos mencionados eixos, tem-se que o primeiro, denominado Viver na Rua, refere-se ao contexto vivenciado pelos sujeitos e permite compreender sua condição; o segundo, nomeado Comer na rua, trata desta prática no contexto da PSR; já o terceiro eixo, intitulado Comida no presente *versus* comida no passado, aborda as RS da comida a respeito do presente e do passado, considerando tanto o olhar da PSR na atualidade como suas recordações no passado; o quarto eixo, por sua vez, tratou da fome e da comida do lixo, questão relacionada a um imenso sofrimento e à exclusão na ótica da PSR; por fim, o quinto eixo abordou as políticas públicas empregadas para a PSR na cidade de São José dos Campos, bem como a busca pelos serviços ofertados a essa população.

Entre as RS do viver junto aos sujeitos neste contexto de rua, foi apontada uma condição atual relacionada ao costume, à rotina e suas práticas diárias do viver e morar na rua. Assim, para a PSR, a rua enquanto local de moradia e meio de sobrevivência está relacionada ao costume e ao fato de se adaptarem a este modo de vida. A condição de rua ocorre, portanto, como um reflexo das situações vividas em algum momento pelo sujeito, seja por escolha própria devido a problemas familiares, a quebra de vínculos afetivos ou a perda de entes queridos, seja devido à dependência química. Enfim, viver na rua e encará-la como uma condição de moradia é muitas vezes um costume, uma prática frequente e regular.

Embora sejam vistos como um costume, como situações comuns a serem encaradas com naturalidade pelos participantes entrevistados, viver e morar na rua devem ser tratados como

uma condição social que envolve inúmeros fatores e que necessita ser abordada e discutida com amplo cuidado por todas as esferas do Governo e também pela sociedade em geral.

A PSR enxerga o comer na rua como algo comum, um gesto realizado de maneira natural, apesar de suas práticas alimentares ocorrerem nas calçadas e nos bancos de praça, sem a devida acomodação e sem ritos de higiene, além de ocorrerem em um ambiente público e dinâmico com o fluxo contínuo de diferentes pessoas.

De acordo com as narrativas do grupo social em questão, as RS da comida no presente *versus* a comida no passado são antagônicas, demonstrando o papel social da comida na vida das pessoas, independente da classe social ou da condição atual de vida.

A comida no presente para a PSR estava relacionada ao aspecto biológico, ao comer para sustentar o corpo e ao comer para não passar fome, vista dessa forma como alimento ou substância alimentar, que não traz à tona aspectos afetivos, não cria vínculos e não remete a recordações. É a comida comum ofertada nas marmitas e abrigos, a qual faz parte o arroz com feijão.

Sobre o arroz com feijão, é possível caracterizá-los como os protagonistas, como os ingredientes principais no cardápio presente nas marmitas e na comida ofertada nos abrigos. São eles os ingredientes principais na alimentação de todo brasileiro e sua presença é comum à mesa de qualquer pessoa. Desse modo, podemos ver a influência que a comida exerce sobre a identidade gastronômica de um povo em geral, e não apenas em âmbito regional. A comida revela, assim, uma identidade cultural.

De modo oposto à condição apresentada pela comida no presente, a comida no passado apresenta-se diretamente relacionada aos aspectos de afetividade e cuidado. As narrativas dos entrevistados nos conduzem à percepção de que a comida que experimentaram no passado contempla as condições vividas no ambiente familiar, os fatos relacionados ao cuidado e ao afeto, além de remeter a situações felizes no seio familiar antes de sua condição de rua. Constatou-se, dessa forma, que a comida estreita as relações sociais e que, para os participantes do estudo, representa a união familiar, o afeto e o cuidado fortemente representados pela figura feminina, na pessoa da mãe, esposa ou avó. Assim, a figura feminina foi essencial para representar o cuidado, o carinho e o zelo nas lembranças evocadas da memória mediante as narrativas relacionadas à comida no passado.

Em relação ao quinto eixo, foram apresentadas as questões referentes às políticas públicas para a PSR no que tange a alimentação. É evidente que esse grupo social ganhou maior notoriedade nos últimos anos devido ao grande aumento de pessoas no contexto de rua e devido às atenções governamentais com a criação de políticas públicas para atender essa população. Mas, ainda é necessário o desenvolvimento de ações interdisciplinares e intersetoriais a fim de garantir uma perspectiva de cidadania para esse grupo.

Em relação à alimentação cotidiana da PSR, independente da forma como que é recebida, não a coloca em uma realidade de segurança alimentar e nutricional, pois o acesso aos alimentos não é garantido, muito menos é regular e constante, tampouco são alimentos com quantidade e qualidade adequadas. Sendo assim, a PSR ainda continua em uma condição permanente de insegurança alimentar e nutricional, ferindo as prerrogativas pretendidas pelo DHAA.

Nesse sentido, a condição de não poder escolher, de não ter a opção de comer o que gosta ou o que lhe é agradável ao paladar, a ausência do respeito à cultura desse indivíduo que se alimenta e que, na maioria das vezes, fica dependendo de doações para se alimentar, apenas vem a reforçar a condição da exclusão social dos sujeitos em situação de rua. Essas questões são agravadas, ainda, pelo fato de o Estado não ter estratégias eficazes para amenizar a condição de exclusão da PSR, tampouco prover garantias ao cumprimento do DHAA.

É necessário que políticas públicas direcionadas à PSR sejam reconhecidas e praticadas em um trabalho conjunto com todas as esferas do Governo, além de contar com parcerias firmadas com a sociedade em geral. Isso porque a condição de pessoas em contexto de rua não é somente um problema relacionado à ordem pública, e sim uma questão social que escancara a sua condição de miséria e vulnerabilidade de cidadãos de direito. A PSR, portanto, deve ser tratada com cuidado e respeito às suas particularidades.

À guisa de conclusão, o presente estudo considera que os temas abordados e direcionados à PSR, apesar de terem recebido maior atenção e notoriedade perante o Governo e a sociedade e, assim, terem conquistado um grande progresso em relação às políticas públicas desenvolvidas para este segmento, ainda carecem de cuidados de uma forma geral. O próprio sujeito em situação de rua tem que voltar a se ver como um indivíduo que integra uma sociedade e, desse modo, reconhecer que enquanto indivíduo é dotado de direitos e de voz para fazer com que estes sejam realmente efetivados.

É imprescindível que novos estudos sejam pensados a respeito da PSR. Conhecer suas condições de infortúnio ou demais situações que levam estes sujeitos a buscarem as ruas como meio de moradia, bem como as condições de saúde, nutrição e alimentação com abordagem interdisciplinar nas ciências humanas podem ser parâmetros para os avanços necessários para a efetivação das políticas públicas até então construídas. Buscar conhecimento a respeito de como a PSR reconhece tais políticas, de como se dá o olhar desses sujeitos no momento da abordagem social, de como eles recebem essa abordagem pelos agentes sociais e do que os EPSAN e os abrigos representam para eles podem ser uma ferramenta para diminuir o número de pessoas que relutam em procurar ajuda em locais específicos de atendimento e seguem optando por viver, comer e permanecer nas ruas.

6 REFERÊNCIAS

ABRANDH, **Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, 2013.

_____. **módulo I. O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Unidade I: O SAN e o DHAA, Brasília, 2013.

ACKERMAN, D. **Uma história natural dos sentidos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992, p. 161-212.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ADORNO, R.C.F.; VARANDA, W. **Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 23-45, 2004.

ALEXANDRE, M. **Representação social: uma genealogia do conceito.** Revista Comum. v.10 n. 23. Rio de Janeiro, p.122-138, 2004

ALVES, X. **Metade dos moradores de rua de São José possuem vínculos familiares, revela pesquisa.** Disponível em: < <http://www2.ovale.com.br/metade-dos-moradores-de-rua-de-s-o-jose-possui-vinculos-familiares-revela-pesquisa-1.662769>. > Acesso em 20 Abr.18

ALVES-MAZZOTTI, A.J. **Representações Sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação.** Revista Múltiplas Leituras, São Paulo, v. 1, n.1, p.18-43, jan./jun. 2008. ISSN: 1982-8993.

ALVAREZ, A.M.S. **A resiliência e o morar na rua: estudo com moradores de rua- criança e adultos** – na cidade de São Paulo. 1999. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP.

ARRUDA, A. **Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero.** Revista Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 32, n. 117, p. 127-147, ago./nov. 2002. ISSN: 0100-1574.

_____. **Representações sociais: dinâmicas e redes.** In: SOUSA, C. P. et al (Orgs.). **Angela Arruda e as Representações sociais: estudos selecionados.** Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014a.

AZEVEDO, D.C. **Voluntariado Corporativo – motivações para o trabalho voluntário.** XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Foz do Iguaçu, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2011.

BASTOS, C.M et al. **Pastoral do povo de rua: vida e missão**. São Paulo: Loyola, 2003.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **A população em situação de rua: seminário sobre políticas públicas**. In: Fórum de população em situação de rua de Belo Horizonte, 1, BELO ROSA, A.S.; CAVICCHIOLI, M.G.S.; BRÊTAS, A.C.P. O

Processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. Rev Latino-am Enfermagem [periódico na internet]. 2005 Jul-Ago; 13(4):[cerca de 6p]. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13n4/v13n4a17.pdf>>. Acessado em: 27 set.2017. Horizonte: SEGRAC, 1998.

BORTOLI NETO, A.; TEIXEIRA, H. J. **Métodos de estudo do trabalho administrativo**. Revista de Administração da USP, v. 19, n. 2, p. 53-58, abril/jun. 1984.

BRANDÃO, A.A. **Conceitos e coisas**: CASTEL, R. A “desfiliação” e a pobreza urbana no Brasil. Revista Emancipação, n. 2, v. 1, 2002, p: 141-157. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5029393.pdf>.. Acesso em abr. 2019.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Meta Instituto de Pesquisa de opinião. Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua, 2008.** Disponível em:<

http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/sumario_executivo_pop_rua.pdf> Acesso em: 30 mai.2018.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado. **Emenda Constitucional 064/2010**.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição Da República Federativa Do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 30 mai. 2018.

_____. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Política Nacional para População em Situação de Rua.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 29 mai. 2018.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Portal do –

IBGE cidades. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/sp/sao-jose-dos-campos/panorama>> - Acesso em 04 mai.2017

_____. **Lei 11.346 de setembro de 2006. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Segurança Alimentar e Nutricional.** Disponível em https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/seguranca_alimentar/_nutricional/Seguranca_Alimentar_Nutricional.html. Acesso em: 02 out. 2018

_____. Ministério da Saúde 2010. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências:** orientação para gestores e profissionais de saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf > Acesso em 10 mai.2019.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres.** Brasília: SDH, 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/promocao-e-defesa/publicacoes-2013/pdfs/dialogos-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua-no-brasil-e-na-europa-1>> Acesso em: 28 mai. 2018.

BROGNOLI, F.F. **Trecheiros e pardais: estudo etnográfico de nômades urbanos.** Mestrado, Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO M.F. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CAMARGO, L.O.L. **Hospitalidade.** São Paulo: Aleph, 2004.

CAMPOS, C.J.G. “**Método de Análise do Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**”. In: Revista Brasileira de Enfermagem. Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, set./out., 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672004000500019&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 abr.2018.

CARNEIRO, H.S. **Comida e sociedade: significados sociais da história da alimentação. História: Questões & Debates.** Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005.

CASTEL, R. **As armadilhas da exclusão.** In: WANDERLEY, M.; BÓGUS, L;

_____. **As metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário.** 5 ed. Petrópolis-RJ, Vozes, 2005.

CASTRO, R. V. de. Prefácio. In: ALMEIDA, A. M. de O.; SANTOS, M. de F. de

S.; TRINDADE, Z. A. **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2011, p. 5-12.

CHAMON, E.M.Q.O.; CHAMON, M.A. **Representação social do risco: uma abordagem psicossocial**. In: CHAMON, E.M.Q.O (Org.). *Gestão de Organizações Públicas e Privadas: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

COSTA, D.L.R. **A rua em movimento. Experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

DA-MATTA. R. **La cultura de la mesa en Brasil**. El Correo UNESCO 1987; 40(5):22- 23.

_____. **Sobre o simbolismo da comida no Brasil**. O correio da Unesco. Rio de Janeiro: 1987, p. 22-23. DARMEGIAN, S. **O papel do inconsciente na interação humana: um estudo sobre o objeto da Psicologia Social**. 1998. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. São Paulo, USP

DARMEGIAN, S. (1998). **O papel do inconsciente na interação humana: um estudo sobre o objeto da Psicologia Social**. 1998. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia. São Paulo, USP.

DECRETO nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Ato2009-2010/Decreto/htm>,> Acesso em: 10 abr.2018.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FESTINGER, L. (1957) **A theory of cognitive dissonance**. Stanford, CA: Stanford University Press.

FERRO, M.C.T. **“Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados.”** In: Revista Direitos Humanos, Nº 08. Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. Janeiro 2012.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FONSECA, R. **A representação social da mídia e da liderança por líderes e potenciais líderes**. Taubaté: Dissertação de Mestrado, UNITAU, 2007. Taubaté – SP

FLANDRIM JL; MONTANARI M. **A História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade;1998.885.

FRANGELLA, S.M. **Corpos Urbanos errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Annablume FAPESP, 2009.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. 1ed., 13 reimpressão. Rio de Janeiro: LCT,2008.

GIORGETTI, C. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: FAPESP, Educ, 2006.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1991. p. 10-29.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GODOY, A.S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n.2, p.21, abril 1995.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – **Secretaria do Desenvolvimento Social**. Disponível em:
<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/bomprato>>, Acesso em: 10 dez.2018.

HABERMAS, J. **Delimitação propedêutica de um tipo de esfera pública burguesa**. In: **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, Tempo brasileiro, 1984.

JODELET, D. **Représentations sociales: um domaine em expansion**. In JODELET, D. (Ed.). Les representations sociales. Paris: PUF, 1989. p.1.

_____. **Folie et représentations sociales**. Paris: PUF, 1989. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). As Representações sociais. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44.

_____. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

JUSTO, M.G. **Vida nas ruas de São Saulo e alternativas possíveis** – InterfacEHS - Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Vol. 3, No 1 (2008). Disponível em:<<http://www.revistaic.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile>>. Acesso em 02 fev.2018.

LAKATOS E. M.; MARCONI, A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas 2010. p. 65.

LUHMANN, N. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MACEDO, D.C. et al. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Rev. Simbio-Logias, v.2, n.1, p. 31-46, mai.,2009.

MACIEL, M. E.; CASTRO, H. C.; **A comida boa para pensar: sobre práticas, gostos e sistemas alimentares a partir de um olhar sócio antropológico.** Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde, 2013. p. 321-328.

MACIEL, M.E. **Uma cozinha a brasileira.** Estudos Históricos., Rio de Janeiro, 2004. V. 1 número 33, Jan./Jun. p. 25-39.

MATTAR, F.N. **Pesquisa de marketing.** Ed. Atlas. 1996.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. **Quem vocês pensam que (elas) são? – representações sobre as pessoas em situação de rua.** Psicologia e Sociedade, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 44-68, 2004.

MARINS, P.C.G. **Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles.** In: SEVCENKO, Nicolau. (org.) História da vida privada no Brasil. v.3 (República: da Belle Époque à Era do rádio). 4.ed.São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARTINS, H.H.T.S. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** Educação e Pesquisa, v. 30, n. 2, p. 289-300, mai/ago 2004.

MONTANARI, M. **Comida como cultura.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

MOSCOVICI, S. **Lo social em tiempos de transición** (Entrevista concedida a Mireya Losada). Venezuela. SIC, n. 617, pp. 302-305, ago. 1999.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2011

_____. **A psicanálise, sua imagem e seu público.** Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

NETO, A. L. N. et al. (Equipe técnica) **Restaurantes Populares: Roteiro de Implantação,** 2007. Disponível em: http://www.ufjf.br/renato_nunes/files/2011/04/Roteiro-de-Implantacao.pdf>. Acesso em: 19 set. 2018.

NUNES, E. A. **Restaurante Popular de Maracanaú-CE: a certeza de uma refeição.** In: VIII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 2017, Maranhão, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/eixo10.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Nova Iorque, 1948. Disponível em www.unhcr.ch/udhr/lang/por.htm. Acesso em 26 de set. 2018.

_____. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** Nova Iorque, 1966. Disponível em www.unhcr.ch/spanish/menu3_ces.htm. Acesso em 26 de set. 2018.

PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS – **PIDESC. COMENTÁRIO GERAL N.º 12; ARTIGO 11.O (O DIREITO A UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA)**. Vigésima sessão, 1999.

PATERSON, B.L.; BOTTORFF, J.L.; HEWAT, R. **Blending observational methods: possibilities, strategies and challenges.** International Journal of Qualitative Methods, v. 2, n. 1, p. 29-38, 2003.

PAULA, N. G.; FIGUEIREDO, M. L.; OLIVEIRA, R. F. C. **Manual normativo de implantação e estruturação das unidades do Restaurante Cidadão – OVG.** Goiânia, 2014. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2015-09/manual-normativo-de-implantaCAo-e-estruturaCAo-dos-restaurantes-cidadAos_p_-360172_Aguas-lindas.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2019.

PESSANHA, L.D.R. **Pobreza, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Contribuição ao Debate Brasileiro.** (texto apresentado no Seminário “Sistemas Locais de Segurança Alimentar” realizado no Instituto de Economia da Unicamp em novembro de 2002. 1: Estimativa de Beneficiários de Programas de Combate à Fome, 2001

PIOVESSAN, F; CONTI, I.L. (coord). **Direito humano à alimentação adequada.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, **mapeamento da população de rua.** Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/secretarias/apoio_ao_cidadao/populacao_rua.aspx> Acesso em 14 jun.2017.

PROENCA, R.P.C. **Alimentação e globalização: algumas reflexões.** Ciência e Cultura, São Paulo, v. 62, n. 4, outubro de 2010.

QUIROZ, P.A; MARTINEZ, V.N. **La psicologia social in Serge Moscovici.** Mexico. Alelon – Revista Mexicana de Psicologia Social. Ano 3, n. especial, p.3-18, 1991.

RICARDO, C. **Política Nacional para a População em Situação de Rua e a intersectorialidade.** In: **Seminário: o desafio da implementação das políticas públicas.** Brasília: Enap, 2013.

ROSA, A.S.; CAVICCHIOLI, M.G.S.; BRETAS, A.C.P. **O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua.** In: Rev. Latino-Am. Enfermagem. vol.13, n.4 p.576-582. 2005. disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101169200500400017&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 10 abr.2018.

SANTOS, C.R.A. **Uma viagem por sabores mestiços**. In: LODY, R. Brasil bom de boca Temas de antropologia social. São Paulo, SENAC, 2008.

SANTOS, J.S. **“Questão Social”: Particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica Serviço Social; 6).

SILVA, M.L.L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil**. 1995-2005. 2006. 220 f. Dissertação de Mestrado -Universidade de Brasília, 2006.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SIMÕES JUNIOR, J.G. **Moradores de rua**. Publicações Pólis. São Paulo, PÓLIS, n. 7, 1992.

SNOW, DA.; ANDERSON, L. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**. Trad. Sandra Vasconcelos. Petrópolis, RJ: 1998.

SPINK, M.J.P. **Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais**. In GUARESCHI, P.; JOVCHELOVICH S. (orgs). Textos em Representações Sociais. 2 ed. Petrópolis: Vozes. 1995.

STRAUSS, Anselm. & CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2ªed. Porto Alegre: Artmed.2008.
VALENTE F, FRANCESCHINI T, BURITY V. A Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada. ABRANDH – FAO. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.bvsde.paho.org/texcom/nutricion/exigibilidade.pdf> Acesso em 10 mai. 2019.

VALENTE, F.L.S. **Do combate à fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o Direito Humano à Alimentação Adequada**. Ed. Cortez. São Paulo. 2002.

_____. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VIEIRA, M.A.C.; BEZERRA, E.M.R; ROSA, C.M.M (orgs.). **População de rua quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ZANELLI, J.C. **“Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas”**. In: **Estudos de psicologia**, vol.7, especial, pp.79 88. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S14139&script=sci_abstract.>Acesso em: 10 abr.2018.

ANEXOS

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado a participar da pesquisa **"Representações sociais sobre a comida para população em situação de rua"** sob a responsabilidade do pesquisador Maria do Carmo Benedita Duarte. Nesta pesquisa pretendemos avaliar as representações sociais sobre a comida para população em situação de rua do município de São Jose dos Campos/SP. A sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista que será gravada por mim. Esta pesquisa apresenta risco mínimo, uma vez que o Sr.(a) responderá a algumas questões relacionadas a sua condição de vida e alimentação. Apesar disso, o Sr. (a) tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa, de responsabilidade do pesquisador responsável. Se você aceitar participar estará contribuindo para a identificação das representações sociais sobre a comida para população em situação de rua.

Para participar desta pesquisa, o Sr. (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto **que** desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Você poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade e o pesquisador que irá tratar sua identidade com padrões profissionais de sigilo. O Sr.(a) não será identificado em nenhuma publicação.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. O nome ou o material que indique a participação do Sr.(a) não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Para qualquer outra informação o sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone: **(12) 98117-1563** (pode fazer ligações à cobrar), [e-mail: maria.duarte.unifesp@gmail.com](mailto:maria.duarte.unifesp@gmail.com)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar Comitê de Ética em Pesquisa — CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 — centro — Taubaté, telefone (12) 3635-1233, [e-mail: cep@unitau.br](mailto:cep@unitau.br).



Maria do Carmo Benedita Duarte

Consentimento Pós-informação

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar a decisão do menor sob minha responsabilidade de participar, se assim o desejar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____ de _____ de 20__.

Assinatura

Anexo II – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Representações sociais da comida para população em situação de rua

Pesquisador: MARIA DO CARMO BENEDITA DUARTE - **Área Temática:** **Versão:** 1

CAAE: 72654017.8.0000.5501 - **Instituição Proponente:** Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER - Número do Parecer: 2.221.149

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa tem o objetivo de identificar e analisar as representações sociais sobre a comida para um grupo da população em situação de rua na cidade de São José dos Campos, SP. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo e exploratório. A amostra do estudo será não probabilística, por acessibilidade, mediante atendimento aos critérios de inclusão para participação na pesquisa. A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semiestruturada composta por questões abertas relacionadas ao perfil sociodemográfico do sujeito participante e ao objeto da presente pesquisa que é comida, abordando seus simbolismos, crenças e valores. Os dados serão tratados segundo análise de conteúdo, com o auxílio do software IRAMUTEC. (transcrito do projeto)

Objetivo da Pesquisa: Objetivo Primário:

Identificar as representações sociais sobre a comida para população em situação de rua da cidade de São José dos Campos -SP. (transcrito do projeto)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos desta pesquisa são baixos, uma vez que utilizará como técnica de coleta de dados a entrevista individual. Para a realização de tal, será tomado o cuidado necessário para deixar os participantes da pesquisa à vontade para responderem às questões, para que não se sintam constrangidos. Sendo assim, serão explicados aos participantes os objetivos da pesquisa.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210

Bairro: Centro

CEP: 12.020-040

UF: SP **Município:** TAUBATE **Telefone:** (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cepunitau@unitau.br

Continuação do Parecer: 2.221.149

Benefícios:

Os benefícios da pesquisa estão na identificação dos simbolismos relacionados à comida no contexto da rua e contribuir para a ampliação da discussão sobre esta questão para aqueles que habitam as ruas, considerando as políticas públicas e sociais de inclusão. (transcrito do projeto)

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante, essa população vive em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar e nutricional e muitas vezes não possuem o que comer, buscam alimentos em latas de lixo, pedem comida nos comércios e recebem doações de voluntários, pessoas comuns que se sensibilizam com essa situação, entender esse processo é importante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória: Apresentou todos os termos.

Recomendações: O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté recomenda a entrega do relatório final ao término da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião realizada no dia 11/08/2017, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 466/12, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

TAUBATÉ, 15 de agosto de 2017.

Assinado por:

José Roberto Cortelli (Coordenador)

APÊNDICE I - QUESTÕES SOCIODEMOGRÁFICA

Caracterização sociodemográfica

IDENTIFICAÇÃO: SEXO: () MASC. () FEMININO.

- 1- Qual a sua idade?
- 2- Qual é sua escolaridade? 3- Qual o seu Estado Civil?
- 4 – Qual a sua cidade natal e de origem da família? 5- Há quanto tempo vive na rua?
- 5- Na rua, vive sozinho, com amigos ou algum familiar?
- 6- Possui alguma renda? Algum benefício do governo? Qual?

APÊNDICE II - ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

Aspectos simbólicos sobre a comida

1. Qual o significado de comer na rua para você?
2. Já passou fome? Se sim, me fale um pouco sobre isso.
3. O que é passar fome para você?
4. Tem alguma comida que você goste muito? Qual? Que sensação/recordação ela traz?
5. Tem alguma comida que você deteste? Qual? Que sensação/recordação ela traz?
6. Que tipo de alimento você mais come? Porque gosta desse alimento? Lhe traz alguma recordação?
7. De onde vêm os alimentos que você consome? (Doações individuais, supermercados, feiras ou restaurantes, lixo, instituição, compra etc.)
8. Já comeu algum alimento do lixo?
9. Você prepara algum alimento? Se sim como você faz isso?
10. Você come sozinho ou em companhia?
11. Qual o significado da comida para você?
12. O que é viver na rua para você?

Aspectos relacionados as Políticas Públicas

13. Conhece algum albergue / instituição na cidade? Se sim, frequenta? Para qual finalidade? (Dormir, se alimentar, fazer alguma atividade durante o dia?)
14. Quais atividades são oferecidas no albergue? O que acha desses locais?
15. Como é a comida servida nestes locais?